

59

BOLETIM TRIMESTRAL  
informação reportada ao  
segundo trimestre de 2023

# CENTRO

DE PORTUGAL



ccdrc

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.

# 59

**BOLETIM  
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao  
segundo trimestre de 2023

**Editor**

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do  
Centro

**Responsável Técnico**

Direção de Serviços de  
Desenvolvimento Regional

**Data de Edição**

Setembro de 2023  
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt  
[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Alguns dados da informação conjuntural  
encontra-se também em  
<http://datacentro.ccdrc.pt>

**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

**CENTRO**  
DE PORTUGAL

# ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registrado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços e Consumo Privado
- 25 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No segundo trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 2,3%, justificado pelos contributos positivos da procura interna e da procura externa líquida. Esta variação reflete, no entanto, uma desaceleração face ao trimestre homólogo de 2022 e ao trimestre anterior. A taxa de desemprego nacional desceu para os 6,1%. Já o nível de preços cresceu 4,4% face ao trimestre homólogo tendo, porém, desacelerado face aos períodos anteriores. A confiança dos consumidores tornou-se menos negativa, enquanto o indicador de clima económico permaneceu positivo e voltou a melhorar face ao trimestre anterior. O euro valorizou face ao dólar, invertendo a tendência de depreciação que se verificava desde o quarto trimestre de 2021.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, no mercado de trabalho assistiu-se a uma ligeira redução do desemprego e um aumento do emprego. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram em termos homólogos. Em contraste, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem permaneceu em queda, o que já se verifica há mais de um ano, embora a um ritmo inferior às variações negativas registadas nos três trimestres precedentes.

No setor empresarial assistiu-se a uma diminuição homóloga das constituições e das ações de insolvência de empresas. Os empréstimos concedidos às empresas continuaram a decrescer em termos homólogos reais, o que já sucede há mais de um ano. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos aumentou marginalmente na região, em termos homólogos, pelo segundo trimestre consecutivo. No setor da construção, as obras concluídas apresentaram uma evolução positiva na região, por contraste com os edifícios licenciados que diminuíram. A nível nacional o setor da construção evoluiu negativamente. Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a observar quebras acentuadas e o seu peso no total dos concedidos foi novamente o mais reduzido dos últimos 14 anos. A avaliação bancária da habitação na região voltou a aumentar, atingindo um novo máximo histórico.

A atividade turística manteve um crescimento sustentado na região e no país, o que já sucede há mais de dois anos, distanciando-se dos períodos mais afetados pela pandemia por COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a registar crescimentos homólogos significativos. Já a estada média diminuiu marginalmente face ao período homólogo.

No comércio internacional de bens, neste trimestre, no Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo o crescimento das saídas sido mais significativo. O mercado extracomunitário foi o que explicou o aumento das saídas e o mercado intracomunitário o acréscimo das entradas. Já ao nível nacional assistiu-se a uma diminuição das saídas e a um ligeiro crescimento das entradas de bens.

O Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na Região Centro e em Portugal, mas evidencia já um abrandamento face aos valores observados no último ano. Grande parte dos indicadores representativos do consumo privado continuaram a apresentar uma evolução favorável, o que pode ter resultado do abrandamento da inflação observado no trimestre.

No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2023, estavam aprovados 8,4 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 636,0 milhões de euros traduziram-se em medidas para recuperação da crise provocada pela pandemia por COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 29,9% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando quase metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (83,3%).

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

**2,3%**

foi a variação  
homóloga real do PIB

**4,4%**

foi a taxa de inflação  
homóloga

No segundo trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 2,3%, justificado pelos contributos positivos da procura interna e da procura externa líquida. Esta variação reflete, no entanto, uma desaceleração face ao trimestre homólogo de 2022 e ao trimestre anterior. A taxa de desemprego nacional desceu para os 6,1%. Já o nível de preços cresceu 4,4% face ao trimestre homólogo, porém, desacelerado face aos períodos anteriores. A confiança dos consumidores tornou-se menos negativa, enquanto o indicador de clima económico permaneceu positivo e voltou a melhorar face ao trimestre anterior. O euro valorizou face ao dólar, invertendo a tendência de depreciação que se verificava desde o quarto trimestre de 2021.

No segundo trimestre de 2023, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga<sup>1</sup> de 2,3% (que compara com 2,5% no trimestre anterior e 7,4% no segundo trimestre de 2022). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura externa líquida (1,3 pontos percentuais) e da procura interna (1,0 pontos percentuais). No entanto, enquanto o contributo positivo da procura interna aumentou face ao trimestre precedente, o da procura externa diminuiu.

Assim, a procura interna aumentou 1,0% em termos homólogos reais, após um crescimento de 0,1% no trimestre anterior e de 3,9% no trimestre homólogo de 2022. Esta variação homóloga resultou do ligeiro abrandamento do consumo das famílias (1,4% face a 1,5% no trimestre passado), da aceleração do consumo público (1,1% em relação a 0,2% no período precedente) e da desaceleração da diminuição do investimento (-0,6% que compara com -4,5% no trimestre anterior).

<sup>1</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

O contributo menos positivo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre foi determinado pela desaceleração das exportações de bens e serviços, em volume, mais acentuada do que a das importações. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de 4,3% (após um aumento de 10,1% no trimestre precedente), determinada pelo crescimento das exportações de bens (0,8%) e, principalmente, dos serviços (12,0%). As importações de bens e serviços aumentaram 1,3% em termos homólogos reais (contra 4,5% no trimestre anterior), tendo a componente de bens registado uma variação positiva (1,6%) e a componente de serviços uma variação nula.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	2,3	2,5	3,2	4,8	7,4	6,7	5,5
Procura interna	v. h. (%)	1,0	0,1	2,2	3,1	3,9	4,6	5,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,4	1,5	2,8	4,5	4,7	5,9	4,7
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-0,6	-4,5	1,0	1,7	3,9	3,3	10,1
Taxa de investimento	%	18,1	18,1	19,2	18,5	18,6	18,9	19,6
Exportações	v. h. (%)	4,3	10,1	7,6	16,3	25,2	16,6	13,4
Importações	v. h. (%)	1,3	4,5	5,4	11,7	15,2	11,1	13,2
VAB	v. h. (%)	2,5	3,1	3,8	4,5	7,3	7,2	4,9
Taxa de desemprego	%	6,1	7,2	6,5	5,8	5,7	6,0	6,6
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	4,4	8,0	9,9	9,1	8,0	7,8	1,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-26,8	-33,4	-38,1	-32,7	-31,8	-31,2	-16,7
Indicador de clima económico	%	2,0	1,7	1,3	1,7	2,0	1,8	0,7
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,089	1,073	1,021	1,007	1,065	1,054	1,184
	v. h. (%)	2,2	-4,4	-10,8	-14,6	-11,6	-11,0	3,7

\* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume. USD – Dólar dos Estados Unidos EUR – Euro

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,5% em termos homólogos reais (que compara com 3,1% no trimestre anterior e 7,3% no segundo trimestre de 2022). Neste período, os ramos da “indústria” e da “agricultura, silvicultura e pesca” registaram variações homólogas reais negativas (-3,6% e -1,1%, respetivamente). Os restantes seis ramos apresentaram variações homólogas reais positivas, destacando-se com os crescimentos mais elevados os “transportes e armazenagem; informação e comunicação” (7,3%) e o “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (6,3%).

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional desceu para os 6,1% (que compara com 7,2% no trimestre precedente e com 5,7% no trimestre homólogo de 2022). Estimavam-se 324,5 mil desempregados no país, o que traduz uma redução trimestral do desemprego de 55,8 mil pessoas e um aumento homólogo de 25,7 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas, 18,1% estavam empregadas no trimestre anterior, 22,5% transitaram da situação de inatividade para o desemprego neste trimestre e 59,4% já estavam desempregadas no período antecedente. Relativamente aos indivíduos que permaneceram no desemprego, 36,9% mantiveram-se como desempregados de longa duração (12 e mais meses) e 44,8% de curta duração (até 11 meses).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor cresceu 4,4% em termos homólogos neste trimestre, tendo, no entanto, registado um abrandamento face aos períodos anteriores. Das 12 classes de consumo, apenas os “transportes” e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” apresentaram variações homólogas negativas (-2,4% e -2,3%, respetivamente). Com as taxas de variação homóloga mais elevadas destacavam-se os “restaurantes e hotéis” (11,2%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (11,1%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>2</sup> do INE, tornaram-se menos negativas do que no trimestre anterior. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico<sup>3</sup> do INE, manteve-se positiva neste trimestre e até melhorou ligeiramente relativamente ao período anterior.

Por último, a taxa de câmbio<sup>4</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga de 2,2% neste trimestre, invertendo a tendência de desvalorização do euro que se verificava desde o quarto trimestre de 2021. Note-se que a valorização do euro se traduz num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

<sup>2</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

<sup>3</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

<sup>4</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

**57,4%**

foi a taxa de emprego na região

**4,9%**

foi a taxa de desemprego regional

Na Região Centro, no segundo trimestre de 2023, assistiu-se, a uma ligeira redução do desemprego e um aumento do emprego. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram em termos homólogos. Em contraste, o salário líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem permaneceu em queda, o que já se verifica há mais de um ano, embora a um ritmo inferior às variações negativas registadas nos três trimestres precedentes.

No segundo trimestre de 2023, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>5</sup>, na Região Centro, foi de 60,4%, representando um crescimento de 1,4 pontos percentuais face ao período homólogo. Ainda assim, esta taxa regional foi ligeiramente inferior à média nacional, que se cifrou novamente nos 60,8%. A taxa de atividade dos homens, como habitual, foi mais elevada do que a das mulheres (64,5% contra 56,7%).

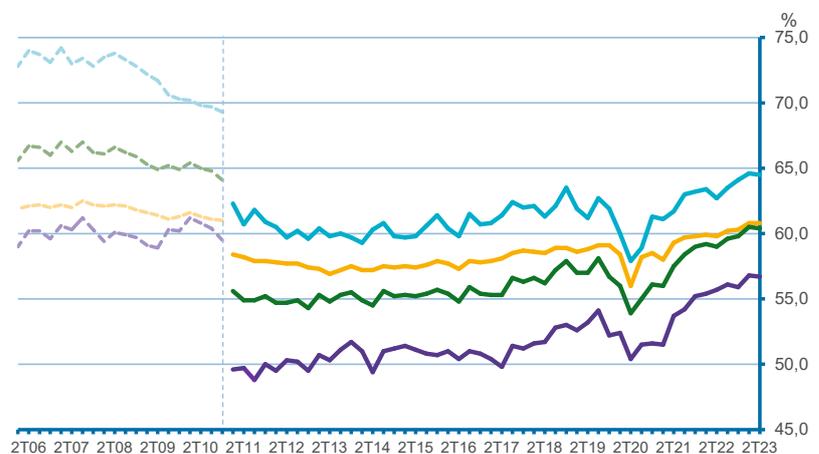
Neste trimestre, a população ativa<sup>6</sup> da Região Centro ascendia a 1.159,6 mil indivíduos, tendo aumentado 2,4% face a igual período do ano anterior e dando continuidade ao crescimento observado nos últimos três anos. Já os inativos<sup>7</sup> totalizavam 792,6 mil indivíduos, representando uma diminuição de 2,7% face ao trimestre homólogo. Esta variação homóloga negativa continuou a dever-se à diminuição dos estudantes (-13,0%) e dos domésticos (-11,0%), sendo contrariada pela variação ligeiramente positiva dos reformados (0,8%).

<sup>5</sup> A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

<sup>6</sup> Para a série do inquérito ao emprego de 2021, segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

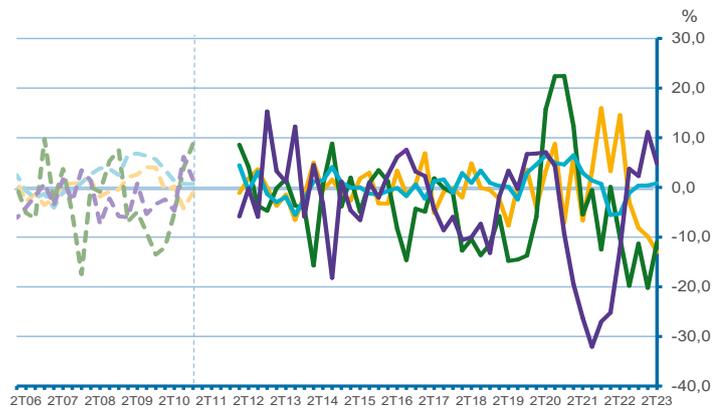
<sup>7</sup> A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos e dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



	IE série 1998	IE série 2021
Portugal		
Centro		
Centro - Homens		
Centro - Mulheres		

População inativa no Centro por condição perante o trabalho  
(variação homóloga)<sup>8</sup>



<sup>8</sup> Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.

	IE série 1998	IE série 2021
Estudantes	—	—
Domésticos	—	—
Reformados	—	—
Outros	—	—

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
								média trimestral
Taxa de atividade								
Portugal	%	60,8	60,8	60,3	60,2	59,8	60,1	59,2
Centro	%	60,4	60,5	59,8	59,6	59,0	59,4	57,7
	v. h. (p.p.)	1,4	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	2,4
População ativa – Centro	milhares	1 159,6	1 160,7	1 149,3	1 144,0	1 131,9	1 139,9	1 107,2
	v. h. (%)	2,4	2,3	1,3	2,1	2,8	3,0	5,1
População inativa – Centro	milhares	792,6	790,2	800,1	803,8	814,6	807,5	840,3
	v. h. (%)	-2,7	-2,6	-2,4	-3,0	-3,4	-3,9	-3,2
Estudantes	milhares	149,9	149,9	152,0	156,6	172,3	161,8	159,6
	v. h. (%)	-13,0	-9,9	-8,2	-2,9	14,6	1,4	4,4
Domésticos	milhares	73,6	76,1	80,1	78,1	82,7	84,1	93,7
	v. h. (%)	-11,0	-20,2	-11,3	-19,8	-10,1	-10,2	-2,2
Reformados	milhares	444,4	440,5	451,0	448,0	440,7	444,6	458,0
	v. h. (%)	0,8	0,4	0,4	-1,1	-5,3	-2,9	2,9
Outros	milhares	124,7	123,7	117,0	121,0	119,0	117,1	128,9
	v. h. (%)	4,8	11,1	2,3	3,8	-12,4	-9,2	-26,0

A taxa de emprego<sup>9</sup> da Região Centro, no segundo trimestre de 2023, foi de 57,4%, o que traduziu um aumento de 1,5 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, dando continuidade à tendência positiva observada há mais de dois anos consecutivos. Esta taxa regional é já há um ano superior à taxa de emprego do país, que, neste trimestre, foi de 57,0%.

<sup>9</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.102,9 mil indivíduos, o que representou um aumento de 2,8% face ao mesmo período do ano anterior, consolidando de forma sustentada o crescimento que se regista desde o ano de 2021. Todas as categorias de empregados analisadas continuaram a observar aumentos homólogos no trimestre, tendo os mais expressivos ocorrido nos empregados dos 16 aos 24 anos (38,1%), no emprego do setor primário (17,9%) e no emprego masculino (4,0%).

<sup>10</sup> A partir do 2.º trimestre de 2022, este indicador, calculado pelo INE, sofreu algumas alterações relativamente à edição anterior, nomeadamente passou a abranger todas as pessoas que referiram ter trabalhado a partir de casa no período de referência (note-se que, na edição anterior, a população-alvo correspondia ao conjunto de pessoas que tinham trabalhado maioritariamente em casa no período de referência). Deste modo, os dados divulgados a partir do 2.º trimestre de 2022 não são diretamente comparáveis com a edição anterior (que vigorou do 1.º trimestre de 2021 ao 1.º trimestre de 2022).

<sup>11</sup> Importa referir que, segundo o INE, a população empregada que trabalha a partir de casa abrange, não só os indivíduos em teletrabalho, como a população que trabalha em casa com recurso a computador e/ou *smartphone*, mas sem utilização de qualquer tipo de tecnologia de informação e de comunicação (VPN, correio eletrónico, ligação remota, videoconferência, aplicações *web*, *extranet*, pastas partilhadas na nuvem ou outro tipo) e ainda os que trabalham sem recurso a qualquer daqueles equipamentos.

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o acréscimo da população empregada no trimestre, uma vez que representando 85% desta, aumentaram 6,0% em termos homólogos. Este crescimento dá, de forma sustentada, continuidade à tendência positiva verificada há mais de dois anos. No segundo trimestre de 2023, a evolução positiva dos trabalhadores por conta de outrem foi explicada de forma mais significativa pelos acréscimos nos trabalhadores que possuem o ensino básico como habilitação, que desempenham as suas funções a tempo parcial e nos contratados sem termo.

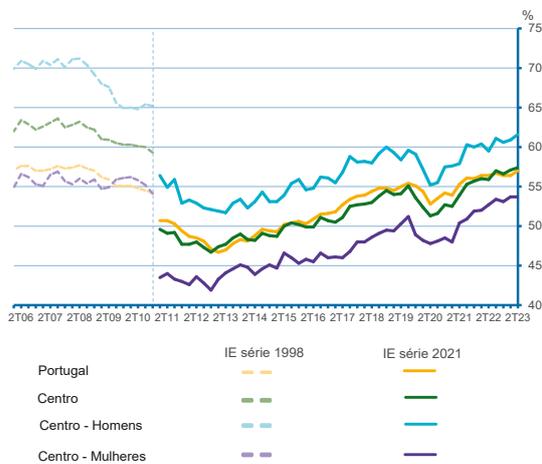
Já os trabalhadores por conta própria observaram uma diminuição de 10,3% face ao período homólogo, intensificando o comportamento negativo observado nos dois trimestres anteriores, que inverteu a trajetória positiva observada durante mais de um ano. Esta evolução homóloga foi explicada pela variação bastante negativa ocorrida nos empregadores (-30,4%).

A população empregada na região que trabalhou a partir de casa<sup>10</sup>, no segundo trimestre de 2023, foi de 187,5 mil indivíduos, representando 17% do total da população empregada. Entre os empregados que trabalharam a partir de casa, 93,2% (174,8 mil indivíduos) estiveram em teletrabalho, ou seja, utilizaram Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para desempenhar as suas funções neste contexto<sup>11</sup>. Este regime de prestação de trabalho abrangeu 15,8% do total da população empregada.

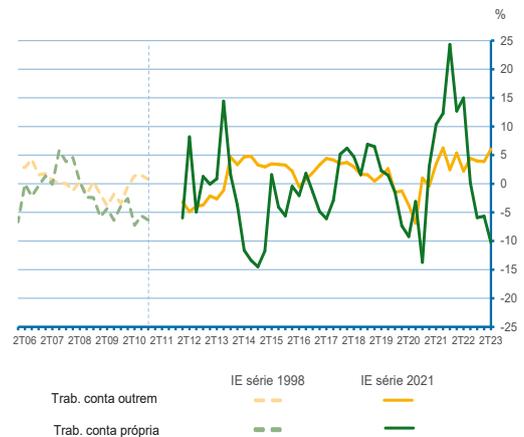
Quadro 3 – Emprego		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
							média trimestral	
<b>Taxa de emprego</b>								
Portugal	%	57,0	56,4	56,4	56,7	56,4	56,5	55,3
Centro	%	57,4	57,1	56,6	57,0	55,9	56,4	54,4
	v. h. (p.p.)	1,5	1,1	0,9	1,7	2,0	2,0	2,4
<b>População empregada – Centro</b>								
	milhares	1 102,9	1 096,0	1 088,8	1 094,4	1 072,9	1 082,2	1 043,2
	v. h. (%)	2,8	2,2	1,5	3,1	3,8	3,7	5,2
Homens	v. h. (%)	4,0	1,2	0,8	1,2	2,8	2,4	5,8
Mulheres	v. h. (%)	1,6	3,2	2,3	5,1	4,9	5,2	4,6
16 - 24 anos	v. h. (%)	38,1	14,9	12,1	11,9	-16,5	3,7	18,1
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,0	0,7	-0,8	-0,6	1,8	1,1	0,1
45 - 89 anos	v. h. (%)	1,2	2,1	2,5	5,4	7,8	6,0	8,7
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	17,9	8,8	-16,6	4,8	32,6	0,0	12,6
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	7,0	0,1	11,6	15,9	-4,6	7,1	-1,2
Serviços	v. h. (%)	0,2	2,8	-1,7	-2,0	6,3	2,5	7,9
<b>Trabalhadores por conta de outrem – Centro</b>								
	milhares	939,5	923,5	923,9	921,3	886,2	905,1	870,4
	v. h. (%)	6,0	3,9	4,0	4,4	2,2	4,0	2,9
Contratos sem termo	v. h. (%)	5,4	2,5	5,1	6,1	2,4	6,2	2,7
Contratos com termo	v. h. (%)	5,0	15,9	-1,3	-1,8	-1,3	-5,6	5,6
Tempo completo	v. h. (%)	5,2	3,3	4,3	4,4	1,7	4,4	3,9
Tempo parcial	v. h. (%)	18,4	13,2	-1,3	4,6	9,5	-2,8	-10,7
<b>Nenhum grau de escolaridade</b>								
Básico	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	x
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	24,7	10,5	8,1	-3,6	-13,9	-5,3	-6,7
Superior	v. h. (%)	2,8	10,7	12,9	16,3	12,7	13,4	1,8
<b>Trabalhadores por conta própria – Centro</b>								
	milhares	157,2	164,8	157,7	164,8	175,2	168,1	159,9
	v. h. (%)	-10,3	-5,7	-5,9	0,2	15,0	5,1	12,3
Isolados	v. h. (%)	2,0	14,6	-2,1	0,9	15,4	2,9	11,5
Empregadores	v. h. (%)	-30,4	-32,9	-11,9	-1,0	14,3	8,9	13,6

x: Não disponível

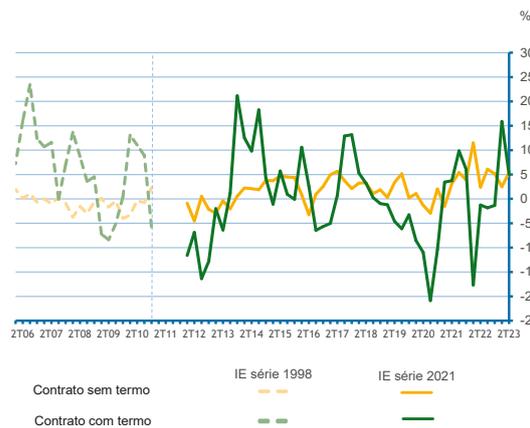
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



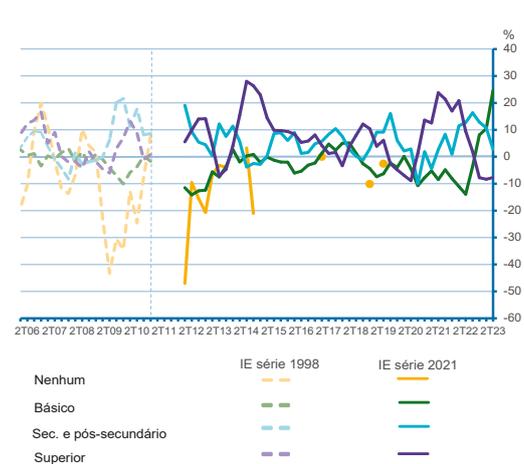
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)<sup>12</sup>



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)<sup>13</sup>



<sup>12</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

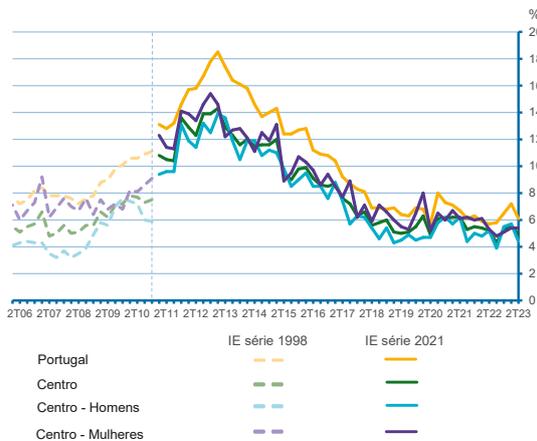
<sup>13</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

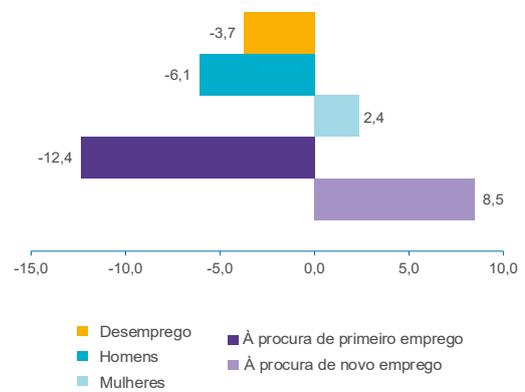
A taxa de desemprego<sup>14</sup> da Região Centro fixou-se nos 4,9%, no segundo trimestre de 2023, o que traduziu uma ligeira diminuição homóloga de 0,3 pontos percentuais, parecendo retomar a trajetória de decréscimo observada desde 2021 e apenas interrompida no trimestre anterior. Esta taxa permaneceu inferior à média do país, que foi de 6,1%, e foi novamente a menor entre as sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego regional das mulheres manteve-se face ao trimestre precedente, mas aumentou ligeiramente face ao período homólogo, voltando a superar a dos homens (5,4% contra 4,4%).

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 56,8 mil indivíduos, o que representou um decréscimo homólogo de 3,7%. Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se expressivas quebras homólogas nos desempregados à procura do primeiro emprego (-49,7%), nos homens desempregados (-12,3%) e nos desempregados há 12 ou mais meses (-5,9%). Das restantes categorias, apenas os desempregados à procura de novo emprego e as mulheres desempregadas apresentaram uma variação homóloga positiva.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2023 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,1	7,2	6,5	5,8	5,7	6,0	6,6
Centro	%	4,9	5,6	5,3	4,3	5,2	5,1	5,8
	v. h. (p.p.)	-0,3	0,2	-0,2	-1,0	-1,0	-0,7	-0,1
Homens	%	4,4	5,7	5,5	3,9	5,2	4,8	5,3
Mulheres	%	5,4	5,4	5,1	4,8	5,3	5,3	6,3
16 - 24 anos	%	x	x	22,8	x	x	21	20,4
25 - 44 anos	%	x	x	x	x	x	5,5	5,8
45 - 89 anos	%	x	x	x	x	x	2,8	4,0
População desempregada – Centro	milhares	56,8	64,6	60,5	49,5	59,0	57,7	64,0
	v. h. (%)	-3,7	4,7	-3,7	-16,1	-13,0	-9,8	3,4
Homens	v. h. (%)	-12,3	22,7	10,1	-10,5	-15,8	-7,7	5,7
Mulheres	v. h. (%)	4,7	-9,3	-15,3	-19,9	-10,0	-11,5	1,2
16 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	2,9	x	x	7,3	-9,9
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	-3,9	13,8
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	-27,8	0,9
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-49,7	-37,3	4,0	9,4	241,9	63,2	18,7
À procura de novo emprego	v. h. (%)	11,3	15,5	-5,6	-20,4	-30,1	-19,7	1,6
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-2,4	18,4	46,6	0,6	-5,6	36,0	-37,7
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-5,9	-20,0	-36,9	-36,0	-20,8	-41,7	89,5

x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 984 euros, resultado de uma diminuição homóloga real de 3,49%. Esta evolução regional do salário médio líquido mensal, embora a um ritmo inferior ao observado nos três trimestres precedentes, manteve a tendência de contrações homólogas sucessivas que se verificam há mais de um ano (que haviam infletido mais de dois anos de acréscimos homólogos sucessivos). De salientar que o salário médio regional continua abaixo do salário médio nacional (1.044 euros), apesar deste também ter registado uma quebra homóloga real (de -3,71%). A redução homóloga real observada neste indicador continuou significativamente a decorrer da inflação, que permaneceu elevada no trimestre.

Quadro 5 – Salários		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1 044	1 025	1 019	1 034	1 039	1 029	1 002
	v. h. real (%)	-3,71	-7,32	-8,28	-6,34	-4,06	-4,76	4,05
Centro	€	984	976	962	965	977	965	945
	v. h. real (%)	-3,49	-5,68	-9,09	-8,72	-2,71	-5,30	4,97

## DESEMPREGO REGISTRADO

**2,9%**

foi o aumento homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

No segundo trimestre de 2023, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro aumentaram em termos homólogos, infletindo dois anos de quebras homólogas consecutivas. Também os novos desempregados, embora a um menor ritmo, continuaram a crescer significativamente, o que já se verifica há mais de um ano. Já as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior.

**83**

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 53,7 mil desempregados, refletindo um aumento homólogo de 2,9%, o que já não sucedia há dois anos. Todavia, face ao trimestre precedente, observou-se uma diminuição dos desempregados de 5,7%.

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região aumentaram 10,4%. Este aumento homólogo dos novos desempregados deu continuidade ao comportamento positivo verificado há mais de um ano. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 282 novos desempregados, aproximadamente mais 27 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma quebra homóloga de 5,2%, parecendo retomar o comportamento negativo observado nos três últimos trimestres de 2022. Em termos médios ocorreram cerca de 83 colocações por dia (menos cinco do que em igual trimestre do ano anterior).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	53,7	56,9	54,0	51,6	52,2	53,7	62,8
	v. h. (%)	2,9	-0,3	-6,2	-13,9	-18,9	-14,5	-3,9
Novos desempregados**	milhares	25,4	30,4	29,2	29,6	23,0	26,7	24,6
	v. h. (%)	10,4	22,3	13,7	12,6	8,9	8,3	-14,8
Colocações do IEFP**	milhares	7,5	7,6	6,1	7,9	7,9	7,4	7,8
	v. h. (%)	-5,2	0,9	-6,1	-8,7	-8,5	-5,9	11,3

\* valores médios trimestrais

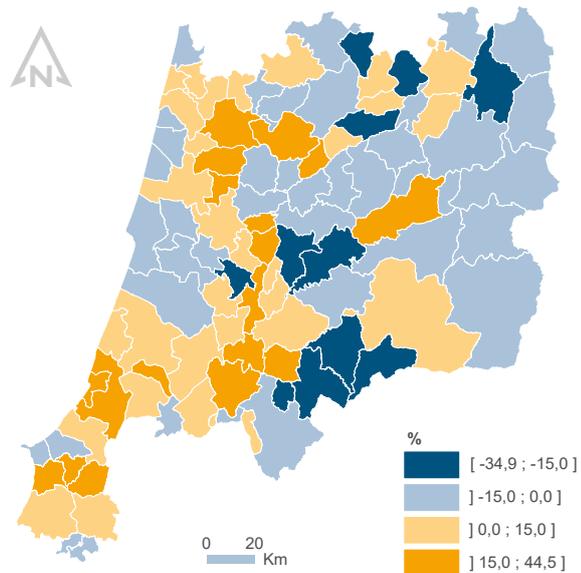
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em metade dos municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas, Pampilhosa da Serra (-34,9%), Pinhel e Vila Nova de Paiva (-29,1% em cada). Já em Belmonte a variação homóloga do desemprego registado foi nula. Nos restantes 49 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 30%, os municípios da Mealhada (44,5%), Ferreira do Zêzere (34,2%) e Batalha (30,5%).

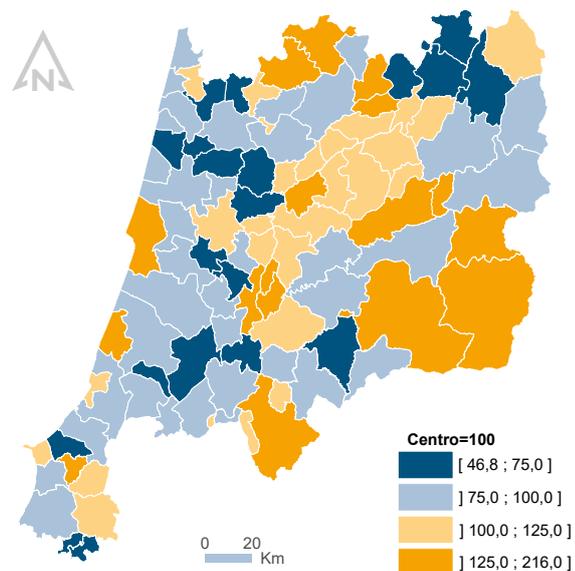
<sup>15</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{m}}}{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{RC}}} * 100$ , sendo  $m$  determinado município e  $\text{RC}$  a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2022.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, mais de metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade<sup>15</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Pinhel (46,8), Sever do Vouga (52,3) e Mortágua (54,2). Dos 43 municípios com índices superiores à média regional, manteve-se em destaque, por corresponder a mais do dobro dessa média, o município de Idanha-a-Nova (216,0).

Variação homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2023



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2023<sup>15</sup>



**EMPRESAS**

**-0,7%**

foi a diminuição homóloga das constituições de empresas na região

**-8,1%**

foi o decréscimo homólogo das ações de insolvência de empresas na região

Na Região Centro, no segundo trimestre de 2023, assistiu-se a uma diminuição homóloga das constituições e das ações de insolvência de empresas. Os empréstimos concedidos às empresas continuaram a decrescer em termos homólogos reais, o que já sucede há mais de um ano. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos aumentou marginalmente na região, em termos homólogos, pelo segundo trimestre consecutivo.

Na região, constituíram-se 1.620 novas empresas, neste trimestre, o que se traduziu num decréscimo de 0,7% face a igual período do ano anterior. Por contraste, a nível nacional o número de novas constituições aumentou neste trimestre (em 2,7%). A diminuição das constituições de novas empresas na região também contrariou o comportamento positivo verificado no primeiro trimestre de 2023. Em termos médios, foram criadas cerca de 18 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 127 constituídas diariamente no país.

As ações de insolvência<sup>16</sup> de empresas na Região Centro permaneceram em queda, tendo observado, neste trimestre, um decréscimo homólogo de 8,1%. Tal como se verificou no total do país, as ações de insolvência estão em quebra há dois anos consecutivos. Em Portugal, ocorreram cerca de 12 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

<sup>16</sup> A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

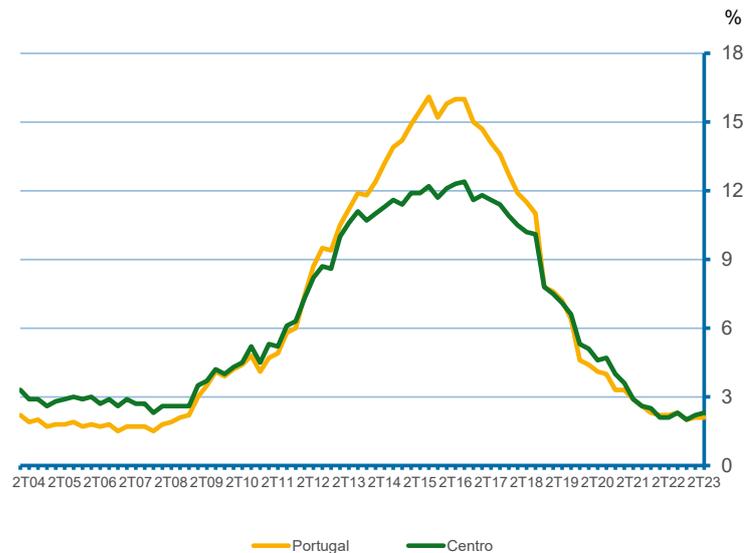
Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras continuaram a diminuir em termos homólogos, no segundo trimestre de 2023, registando um decréscimo real de 9,5% na região. Esta quebra regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos diminuíram 7,7%. Assim, neste trimestre, os empréstimos concedidos na região, em termos reais, ou seja, considerando a inflação, observaram uma diminuição homóloga expressiva que, embora menos acentuada do que a verificada nos dois trimestres anteriores, ainda reflete, em grande medida, o elevado crescimento do nível geral dos preços registado no trimestre.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, aumentou ligeiramente na região face ao trimestre homólogo, tendo-se fixado nos 2,3% no segundo trimestre de 2023. Este valor regional deu continuidade ao comportamento de acréscimo observado no trimestre precedente (que havia infletido seis anos de quebras homólogas sucessivas) e foi também ligeiramente superior ao valor registado a nível nacional (2,1%).

Peso dos empréstimos vencidos das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	11 468	15 335	11 920	11 119	11 170	11 907	10 400	
	v. h. (%)	2,7	14,3	6,8	13,2	4,5	14,5	11,1	
Centro	número	1 620	2 366	1 677	1 600	1 632	1 743	1 635	
	v. h. (%)	-0,7	14,8	-0,8	2,3	-1,7	6,6	7,6	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*									
Portugal	milhões €	74 154	74 556	75 386	76 356	76 957	76 210	75 686	
	v. h. real (%)	-7,7	-9,3	-9,3	-8,3	-6,2	-6,6	5,1	
Centro	milhões €	13 391	13 523	13 837	14 128	14 180	14 054	13 986	
	v. h. real (%)	-9,5	-11,0	-9,7	-7,4	-6,4	-6,8	4,8	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)†									
Portugal	%	2,1	2,1	2,0	2,3	2,2	2,2	2,8	
Centro	%	2,3	2,2	2,0	2,3	2,1	2,1	2,9	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1 063	1 136	932	732	1 114	1 026	1 299	
	v. h. (%)	-4,6	-14,2	-24,2	-25,5	-20,7	-21,1	-3,9	
Centro	número	193	220	157	135	210	188	223	
	v. h. (%)	-8,1	-11,3	-17,8	-14,6	-18,3	-15,7	-3,2	

\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

**1,5%**

foi o crescimento  
homólogo real das  
saídas de bens da  
região

**0,3%**

foi o aumento  
homólogo real das  
entradas de bens na  
região

No segundo trimestre de 2023, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo o crescimento das saídas sido mais significativo. O mercado extracomunitário foi o que explicou o aumento das saídas e o mercado intracomunitário o acréscimo das entradas. Já ao nível nacional assistiu-se a uma diminuição das saídas e a um ligeiro crescimento das entradas de bens.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real<sup>17</sup> de 1,5%, contrariando a diminuição ocorrida no país (-2,3%) e dando continuidade à tendência positiva observada nos últimos três anos. Esta evolução observada na região resultou do acréscimo homólogo das saídas para o mercado extracomunitário (7,3%), sendo infletida pela ligeira diminuição regional das saídas para os países intracomunitários (-0,2%).

<sup>17</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021	
								média trimestral	
<b>Saídas de bens</b>									
Portugal	milhões €	19 724,5	20 543,9	19 633,1	19 804,9	20 733,5	19 600,7	15 904,6	
	v. h. real (%)	-2,3	5,8	3,3	9,7	11,2	6,6	10,2	
Intracomunitárias	milhões €	14 109,2	14 436,7	13 874,2	13 711,9	14 365,2	13 822,7	11 377,4	
	v. h. real (%)	0,9	1,6	0,4	8,7	7,9	5,1	9,6	
Extracomunitárias	milhões €	5 615,3	6 107,2	5 758,8	6 093,0	6 368,3	5 777,9	4 527,2	
	v. h. real (%)	-9,4	17,2	10,9	12,2	19,6	10,4	11,7	
Centro	milhões €	3 882,5	4 015,8	3 806,3	3 739,3	3 930,6	3 750,6	3 157,9	
	v. h. real (%)	1,5	6,9	1,6	2,3	4,9	2,8	13,8	
Intracomunitárias	milhões €	2 974,5	3 080,1	2 890,7	2 849,4	3 061,5	2 878,0	2 412,6	
	v. h. real (%)	-0,2	6,7	1,4	3,3	7,1	3,2	13,4	
Extracomunitárias	milhões €	908,0	935,7	915,7	890,0	869,1	872,6	745,3	
	v. h. real (%)	7,3	7,7	2,5	-0,9	-1,9	1,3	15,1	
<b>Entradas de bens</b>									
Portugal	milhões €	26 565,5	27 076,3	27 934,2	28 329,0	28 286,4	27 371,5	20 786,4	
	v. h. real (%)	0,3	4,9	3,5	11,8	11,5	9,9	14,0	
Intracomunitárias	milhões €	19 535,2	20 273,4	20 303,2	18 873,6	19 259,4	19 022,7	15 308,3	
	v. h. real (%)	8,3	11,0	3,1	4,0	1,3	3,7	12,0	
Extracomunitárias	milhões €	7 030,3	6 802,9	7 631,0	9 455,4	9 027,0	8 348,8	5 478,1	
	v. h. real (%)	-16,8	-9,7	4,6	31,6	42,1	27,2	20,0	
Centro	milhões €	3 599,9	3 551,0	3 537,7	3 568,1	3 834,3	3 608,8	2 871,4	
	v. h. real (%)	0,3	-1,8	-1,0	3,6	5,6	4,9	21,8	
Intracomunitárias	milhões €	2 762,8	2 779,6	2 739,8	2 654,8	2 807,5	2 703,8	2 185,4	
	v. h. real (%)	5,1	2,8	2,3	3,7	1,0	3,3	18,4	
Extracomunitárias	milhões €	837,1	771,4	797,8	913,3	1 026,9	905,0	686,0	
	v. h. real (%)	-12,9	-15,5	-11,0	3,5	20,7	10,1	34,1	

\* Os valores de 2023 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

<sup>18</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% e 92% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

<sup>19</sup> Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 75% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

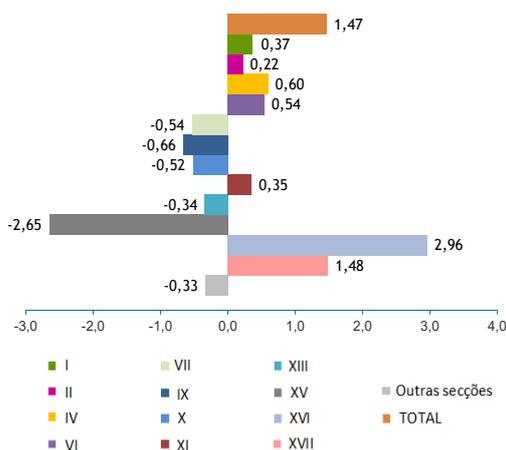
<sup>20</sup> Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário. Neste âmbito, é ainda de referir que os valores do Reino Unido deixaram de incluir a Irlanda do Norte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>18</sup> da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, sete destas secções explicaram a evolução positiva regional, destacando-se, pelo segundo trimestre consecutivo e com um contributo conjunto de 4,44 pontos percentuais, duas secções (XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” e XVII “material de transporte”). As restantes cinco secções contrariam este comportamento regional, salientando-se, com o decréscimo homólogo real mais significativo a secção XV “metais comuns e suas obras” (-2,65%).

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais<sup>19</sup> da Região Centro, constatou-se que foram a Bélgica e a França, no mercado intracomunitário, e Marrocos, no mercado extracomunitário, que justificaram a variação homóloga regional positiva. Estes países, em conjunto, contribuíram positivamente em 1,73 pontos percentuais para a variação total. Já os restantes países analisados no mercado intracomunitário e extracomunitário apresentaram uma evolução regional negativa.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2023 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada<sup>18</sup>



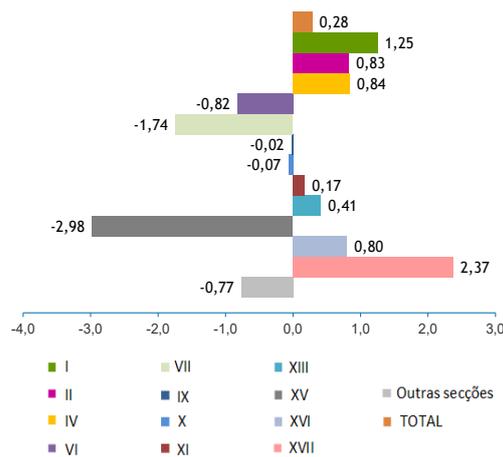
As entradas de bens na Região Centro registaram, face a igual período do ano anterior, um ligeiro aumento real de 0,3%, igualando a variação nacional e invertendo o comportamento negativo dos dois últimos trimestres de 2022, que haviam inflitado dois anos de crescimentos homólogos reais sucessivos. Esta evolução foi explicada pelo crescimento homólogo das entradas para o mercado intracomunitário (5,1%), tendo, no entanto, sido contrariada pela expressiva redução das entradas para os países de fora da União Europeia (-12,9%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que, neste trimestre, sete destes contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 3,62 pontos percentuais, duas destas secções (XVII “material de transporte” e I “animais vivos e produtos do reino animal”). Tal como nas saídas de bens, as restantes cinco secções analisadas contrariaram a variação positiva registada na região, sobressaindo, com a quebra homóloga mais significativa, a secção XV “metais comuns e suas obras” (-2,98%).

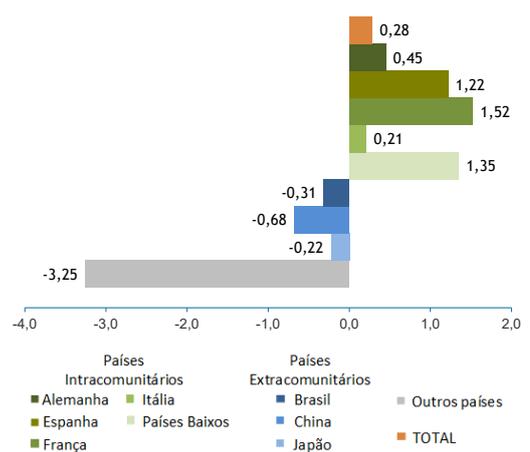
No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a totalidade dos países do mercado intracomunitário analisados justificaram a variação homóloga regional positiva. Destes países, destacaram-se, pelo contributo positivo mais expressivo, a França, Países Baixos e Espanha que, em conjunto, explicaram positivamente em 4,09 pontos percentuais a variação regional das entradas. Já no mercado extracomunitário, todos os países analisados contribuíram negativamente em 1,21 pontos percentuais para a variação regional.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2023 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada<sup>18</sup>



Contributos dos países<sup>19</sup>



**TURISMO****2,1 milhões***foram as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região***117****milhões de euros***foram os proveitos desses estabelecimentos*

A atividade turística manteve um crescimento sustentado na região e no país no segundo trimestre de 2023, o que já sucede há mais de dois anos, distanciando-se dos períodos mais afetados pela pandemia por COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a registar crescimentos homólogos significativos. Já a estada média diminuiu marginalmente face ao período homólogo.

No segundo trimestre de 2023, o setor do turismo continuou a crescer significativamente, mantendo de forma sustentada o comportamento positivo observado nos últimos dois anos e que inverteu mais de um ano de reduções homólogas sucessivas decorrentes da pandemia por COVID-19. Assim, neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico<sup>21</sup> da Região Centro acolheram 1,2 mil hóspedes, traduzindo um aumento homólogo (13,6%) mais expressivo do que o da média nacional (11,8%). Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o crescimento nos hóspedes foi ainda mais elevado na região (14,5%).

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento face ao período homólogo (11,7%), acima da média do país (8,9%). Esta evolução regional manteve o comportamento positivo observado há já nove trimestres consecutivos que infletiu a trajetória negativa do ano de 2020, resultante, claramente, das restrições impostas para combate à pandemia por COVID-19. Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram também acréscimos homólogos reais significativos na região e no país (15,9% e 16,4%, respetivamente). Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o crescimento homólogo real dos proveitos de aposento (de 17,4%) e que representavam, neste trimestre, cerca de 74% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro e em Portugal diminuiu ligeiramente face ao período homólogo, cifrando-se, respetivamente, nas 1,7 e 2,5 noites. Comparativamente com o primeiro trimestre de 2023, o valor regional manteve-se inalterado e do país foi marginalmente superior.

<sup>21</sup> O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Quadro 9 – Turismo	2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
						média trimestral	

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares	8 434	5 159	5 996	9 311	7 547	6 630	3 616
	v. h. (%)	11,8	40,8	27,7	49,6	172,7	83,4	38,6
Centro	milhares	1 193	749	885	1 396	1 050	975	607
	v. h. (%)	13,6	31,4	18,4	35,1	101,0	60,7	28,8
Hotelaria	milhares	917	579	690	1 033	801	739	448
	v. h. (%)	14,5	33,6	20,7	38,3	107,1	65,2	26,5

Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares	21 423	12 566	14 770	26 316	19 680	17 424	9 333
	v. h. (%)	8,9	40,7	27,4	49,3	210,1	86,7	44,7
Centro	milhares	2 072	1 246	1 526	2 756	1 855	1 779	1 113
	v. h. (%)	11,7	27,0	19,4	35,0	111,4	59,9	32,4
Hotelaria	milhares	1 560	939	1 162	2 005	1 386	1 319	807
	v. h. (%)	12,6	29,9	21,5	36,5	119,2	63,5	30,1

Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico

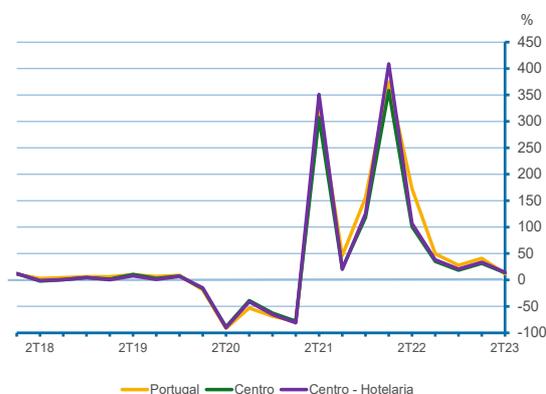
Portugal	milhares €	1 688 637	793 593	1 041 978	2 088 357	1 389 614	1 253 520	582 568
	v. h. real (%)	16,4	48,7	35,6	63,6	234,8	99,5	59,2
Centro	milhares €	117 043	68 290	85 366	157 446	96 737	97 038	56 408
	v. h. real (%)	15,9	30,1	19,8	34,2	109,8	59,5	35,7
Hotelaria	milhares	92 663	54 670	68 626	120 661	75 899	75 910	43 033
	v. h. real (%)	17,0	31,6	21,8	36,8	118,6	63,6	36,1

Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico

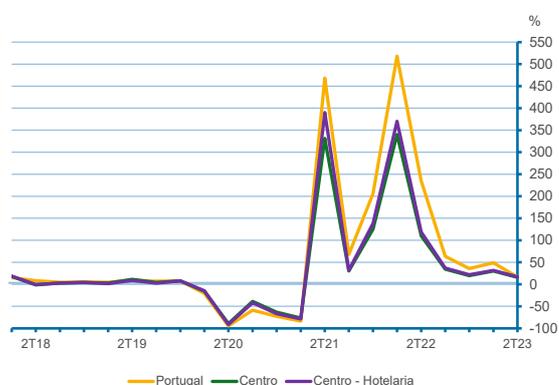
Portugal	n.º noites	2,5	2,4	2,5	2,8	2,6	2,6	2,6
Centro	n.º noites	1,7	1,7	1,7	2,0	1,8	1,8	1,8

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2023 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

# 5,8%

*foi o crescimento  
homólogo dos novos  
fogos para habitação  
familiar concluídos na  
região*

# 1.045€/m<sup>2</sup>

*foi a avaliação  
bancária da habitação  
na região, a mais  
elevada em 12 anos*

No segundo trimestre de 2023, as obras concluídas apresentaram uma evolução positiva na região, por contraste com os edifícios licenciados que diminuíram. A nível nacional o setor da construção evoluiu negativamente. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução dos empréstimos vencidos, que continuaram a observar quebras acentuadas e cujo peso no total dos concedidos permaneceu como o mais reduzido dos últimos 14 anos. A avaliação bancária da habitação na região voltou a aumentar, atingindo um novo máximo histórico.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.583 edifícios, o que correspondeu a uma diminuição homóloga de 4,2%. Esta variação, apesar de dar continuidade ao comportamento negativo iniciado em 2022, foi significativamente inferior à ocorrida no país, em que os edifícios licenciados registaram uma quebra de 10,7%. A redução regional deveu-se ao decréscimo homólogo do licenciamento de construções novas (-1,5%), que se verifica há mais de um ano. Também o licenciamento de novos fogos para habitação familiar observou uma diminuição de 10,0% em termos homólogos, invertendo o comportamento do primeiro trimestre de 2023 e parecendo retomar a trajetória negativa registada nos últimos dois trimestres de 2022.

Os edifícios concluídos aumentaram 3,3%, na região, em termos homólogos, infletindo o comportamento negativo observado há mais de um ano. Esta evolução regional deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (4,2%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar aumentaram 5,8%, em termos homólogos, dando continuidade à trajetória positiva observada durante todo o ano de 2022, apenas interrompida no trimestre precedente. Em termos nacionais, a evolução dos edifícios concluídos foi contrária à regional, observando uma redução homóloga de 2,1%, mantendo-se as variações negativas registadas há mais de um ano (após mais de três anos de aumentos homólogos sucessivos).

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no segundo trimestre de 2023, permaneceram em queda (-4,5% na região e -3,9% no país, em termos homólogos reais), o que já sucede desde o último trimestre de 2021. Os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-26,1%), acompanhando a evolução nacional (-30,1%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de seis anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se novamente em 0,3% na região e no país, igualando os valores dos dois trimestres anteriores. O peso regional manteve-se como o mais baixo dos últimos 14 anos.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
<b>Edifícios licenciados*</b>								
Portugal	número	5 673	6 296	5 517	5 819	6 353	6 174	6 460
	v. h. (%)	-10,7	-10,1	-4,3	-7,8	-7,4	-4,4	9,3
Centro	número	1 583	1 640	1 503	1 535	1 652	1 631	1 692
	v. h. (%)	-4,2	-10,5	-2,7	-2,8	-9,8	-3,6	6,2
Construções novas	número	1 201	1 265	1 112	1 158	1 219	1 213	1 272
	v. h. (%)	-1,5	-7,1	-5,8	-4,6	-11,2	-4,7	9,3
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-10,0	3,9	-14,3	-3,9	2,3	0,1	8,7
<b>Edifícios concluídos* **</b>								
Portugal	número	3 791	3 674	3 894	3 909	3 872	3 897	4 040
	v. h. (%)	-2,1	-6,1	-6,4	-3,9	-0,7	-3,5	5,3
Centro	número	1 004	979	1 078	1 099	972	1 046	1 074
	v. h. (%)	3,3	-5,5	-0,8	-0,8	-5,0	-2,5	2,3
Construções novas	número	827	824	870	916	794	850	850
	v. h. (%)	4,2	0,7	-0,3	6,0	-1,1	-0,1	5,9
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	5,8	-14,7	1,1	4,1	13,4	11,7	3,9
<b>Empréstimos concedidos para habitação***</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-3,9	-5,7	-5,8	-4,6	-3,2	-4,0	0,8
Centro	v. h. real (%)	-4,5	-6,4	-6,5	-5,2	-3,8	-4,6	0,3
<b>Empréstimos à habitação vencidos***</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-30,1	-35,9	-43,5	-43,5	-31,1	-37,3	-21,5
Centro	v. h. real (%)	-26,1	-33,7	-43,9	-42,7	-31,2	-37,4	-23,0
<b>Avaliação bancária da habitação****</b>								
Portugal	€/m <sup>2</sup>	1 518,0	1 483,0	1 458,0	1 429,0	1 407,0	1 406,3	1 230,8
	v. h. real (%)	3,4	3,2	3,3	6,0	7,2	6,0	7,7
Centro	€/m <sup>2</sup>	1 045,0	1 015,0	1 036,0	995,0	984,0	990,3	877,8
	v. h. real (%)	1,8	-0,7	4,3	4,1	4,7	4,6	3,7

\* O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

\*\* Os dados são preliminares e a informação para os anos de 2021, 2022 e 2023 baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

\*\*\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

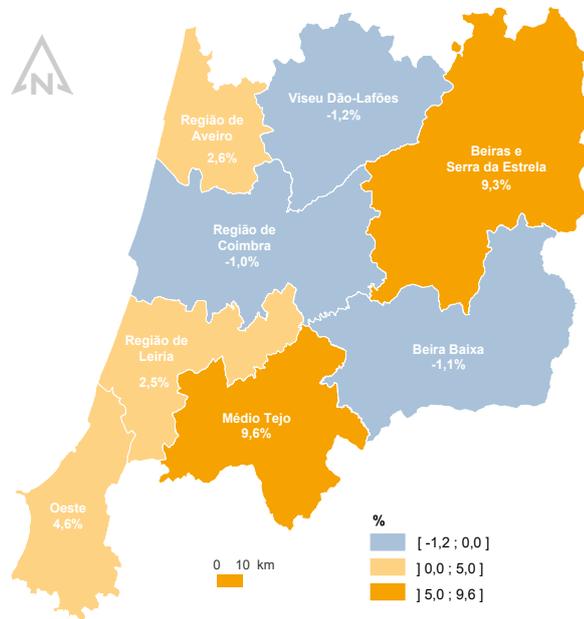
\*\*\*\* Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 1,8%, em termos homólogos reais, parecendo retomar a tendência de aumento observada nos últimos sete anos, apenas interrompida no trimestre anterior. Esta variação homóloga da avaliação bancária na região acompanhou a evolução nacional, que continuou a crescer em termos homólogos reais (3,4%). Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 1.045 euros, aproximadamente mais 61 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior. Este valor regional da avaliação bancária voltou a ser o mais elevado em 12 anos.

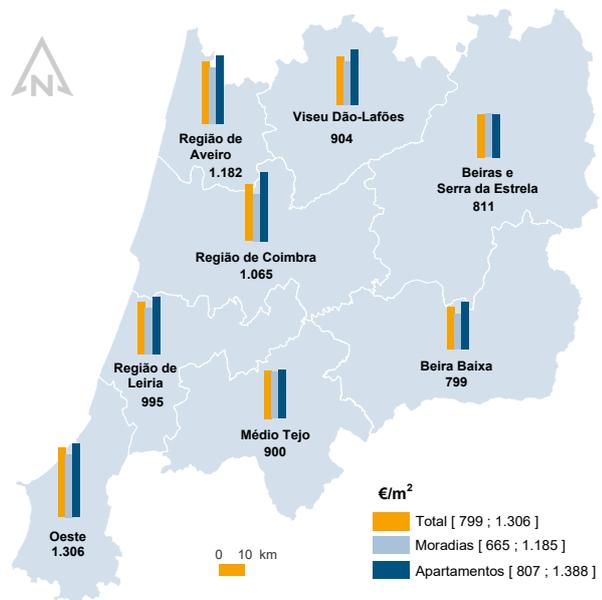
Na maioria das sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, com as variações homólogas reais mais expressivas, o Médio Tejo (9,6%) e as Beiras e Serra da Estrela (9,3%). Apenas três sub-regiões observaram diminuições homólogas reais da avaliação bancária no trimestre: Viseu Dão Lafões (-1,2%), Beira Baixa (-1,1%) e Região de Coimbra (-1,0%).

Numa análise por tipologias de habitação (moradias e apartamentos), verificou-se que a evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região foi explicada pelo acréscimo homólogo real de 2,8% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e contrariada pela ligeira diminuição homóloga real de 0,3% nas moradias. O Oeste permanece como a sub-região com a avaliação mais elevada (1.306€/m<sup>2</sup>) e evidenciou também a valorização mais alta nos apartamentos (1.388€/m<sup>2</sup>) e nas moradias (1.185€/m<sup>2</sup>). Em contraste, a Beira Baixa era a sub-região menos valorizada em termos médios globais (799€/m<sup>2</sup>) e onde as moradias se encontravam menos valorizadas (665€/m<sup>2</sup>). Já os apartamentos apresentaram a avaliação mais baixa nas Beiras e Serra da Estrela (807€/m<sup>2</sup>).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2023



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2023



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

**3,8%**

foi a taxa de inflação  
homóloga regional no  
trimestre

**12,2%**

foi o crescimento  
homólogo real  
das entradas  
intracomunitárias de  
bens de consumo na  
região

No segundo trimestre de 2023, o Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na Região Centro e em Portugal, mas evidencia já um abrandamento face aos valores observados no último ano. Grande parte dos indicadores representativos do consumo privado continuaram a apresentar uma evolução favorável, o que pode ter resultado do abrandamento da inflação observado no trimestre.

O nível médio de preços na região, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um crescimento de 3,8%, em termos homólogos, que, apesar de dar continuidade à tendência de aumentos homólogos sucessivos iniciada em 2021, evidencia já um abrandamento face aos valores observados no último ano. Esta evolução do IPC na região acompanhou o comportamento dos preços a nível nacional, que cresceram 4,4%. Na região, dez das doze classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se com os acréscimos mais expressivos os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (11,6%) e os “restaurantes e hotéis” (9,2%). Apenas duas classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga, a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-4,9%) e os “transportes” (-2,8%).

Quadro 11 – Preços		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	4,4	8,0	9,9	9,1	8,0	7,8	1,3
Centro	v. h. (%)	3,8	7,6	9,8	8,9	8,0	7,8	1,5
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	11,6	20,7	19,7	15,1	11,9	13,0	0,6
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	5,0	4,6	3,9	3,2	2,4	2,8	1,2
Vestuário e calçado	v. h. (%)	3,6	2,9	3,6	2,1	0,5	1,9	-0,4
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-4,9	6,0	19,7	18,1	15,0	14,8	1,9
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	6,2	10,0	12,2	11,4	9,2	9,5	0,2
Saúde	v. h. (%)	0,9	-1,5	-2,8	-3,7	0,0	-1,4	1,5
Transportes	v. h. (%)	-2,8	2,1	8,1	10,6	12,3	9,9	4,5
Comunicações	v. h. (%)	3,9	2,5	1,0	1,7	2,2	1,7	0,2
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	4,9	3,9	4,0	3,8	5,0	4,1	1,6
Educação	v. h. (%)	1,7	1,7	1,5	0,7	0,7	0,9	-2,2
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	9,2	8,6	9,7	11,3	8,0	8,5	1,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,1	3,3	3,5	3,1	2,4	2,7	1,3

Neste trimestre, grande parte dos indicadores representativos do consumo privado continuou a evoluir favoravelmente face a igual período do ano anterior, o que poderá ter decorrido do abrandamento do crescimento do nível geral dos preços.

No segundo trimestre de 2023, as entradas intracomunitárias de bens de consumo registaram na região um aumento homólogo real de 12,2%, acompanhando o total nacional que observou um crescimento de 17,7%. Este crescimento regional das importações de bens de consumo manteve o comportamento positivo observado há mais de um ano.

As receitas de cinema continuaram a aumentar significativamente no segundo trimestre de 2023, tendo o aumento na região (54,2%) correspondido a mais do dobro do registado no país (20,3%).

As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um aumento homólogo real de 4,7% na região e de 5,3% no país. Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA manteve a trajetória positiva verificada há mais de dois anos e foi explicada pelas compras realizadas quer em território nacional quer no estrangeiro, com destaque novamente para o crescimento significativo destas últimas. Também os pagamentos em caixas automáticos observaram uma variação homóloga real positiva na região (8,1%), acompanhado o total nacional (8,0%) e dando continuidade ao comportamento positivo do trimestre precedente (que havia infletido quase um ano de quebras homólogas). Em contraste, os levantamentos em caixas automáticos permaneceram em queda, o que já sucede há um ano, observando uma redução de 0,6% na região e de 1,9% no país. Esta variação regional negativa dos levantamentos foi explicada pela diminuição homóloga real registada em ambas as componentes (nacional e internacional).

Os empréstimos concedidos para consumo diminuíram 4,3% e 3,8%, em termos homólogos reais, na região e no país, respetivamente, mantendo a trajetória negativa observada desde o ano de 2022. Já o peso dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos continuou em queda face ao período homólogo, o que já se verifica há mais de dois anos consecutivos, fixando-se neste trimestre nos 2,5% na Região Centro e nos 3,4% em Portugal.

Quadro 12 – Consumo Privado		2T23	1T23	4T22	3T22	2T22	2022	2021
		média trimestral						
<b>Entradas intracomunitárias de bens de consumo*</b>								
Portugal	v. h. real (%)	17,7	15,4	7,5	2,7	-2,3	2,8	3,6
Centro	v. h. real (%)	12,2	18,0	10,6	2,2	2,3	3,8	6,3
<b>Receitas de cinema**</b>								
Portugal	milhares	17 914,9	14 160,2	16 814,9	15 458,3	14 268,9	13 846,0	7 655,5
	v. h. real (%)	20,3	48,3	3,4	30,1	176,0	67,7	47,0
Centro	milhares	2 634,0	1 726,5	2 289,8	2 255,5	1 637,4	1 787,4	926,6
	v. h. real (%)	54,2	65,3	22,4	45,7	164,5	78,9	43,9
<b>Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-3,8	-7,4	-6,4	-5,3	-4,2	-2,2	5,4
Centro	v. h. real (%)	-4,3	-7,2	-5,9	-4,3	-3,4	-1,6	6,2
<b>Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***</b>								
Portugal	%	3,4	3,4	3,3	3,6	3,5	3,7	5,4
Centro	%	2,5	2,4	2,4	2,6	2,6	2,6	3,5
<b>Levantamentos em caixas automáticos</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-1,9	-3,8	-5,8	-2,9	-0,4	0,4	3,8
Centro	v. h. real (%)	-0,6	-2,6	-5,1	-1,6	0,4	1,3	5,3
<b>Pagamentos em caixas automáticos</b>								
Portugal	v. h. real (%)	8,0	23,0	2,4	-3,2	-2,2	-0,3	3,3
Centro	v. h. real (%)	8,1	18,3	-0,7	-4,7	-3,3	-1,8	4,7
<b>Compras em terminais de pagamento automático</b>								
Portugal	v. h. real (%)	5,3	10,1	5,1	14,2	19,7	17,2	13,7
Centro	v. h. real (%)	4,7	7,9	3,8	9,8	11,9	12,5	12,1

\* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2023 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

\*\* Os dados de 2023 das receitas de cinema são provisórios.

\*\*\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – POCI; inclusão social e emprego – POISE; capital humano – POCH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – POSEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 é atualmente de 29,4 mil milhões de euros<sup>22</sup>, correspondendo ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros), que se destina exclusivamente à região, e ainda de concursos abertos nos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020 (programas operacionais com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

<sup>22</sup> Esta dotação traduz um conjunto de alterações que ocorreram no terceiro trimestre de 2021, no terceiro trimestre de 2022 e no quarto trimestre de 2022, designadamente o reforço na dotação dos Programas de Desenvolvimento Rural em 1,0 mil milhões de euros (tratando-se de recursos relativos ao quadro financeiro de 2021-2027, que são integrados no PORTUGAL 2020 com vista a apoiar o período transitório 2021-2022), bem como a alocação de uma dotação adicional relativa aos fundos *Next Generation EU* que engloba, por um lado, a iniciativa REACT-EU (instrumento de reforço da política de coesão para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia COVID-19) no valor de 2,1 mil milhões de euros e, por outro, o reforço dos Programas de Desenvolvimento Rural em 354 milhões de euros (para ajudar as zonas rurais a efetuar as alterações estruturais necessárias em consonância com o Pacto Ecológico Europeu e a alcançar os objetivos ligados à Estratégia da Biodiversidade e à Estratégia do Prado ao Prato). Recorde-se que a dotação inicial do PORTUGAL 2020 era de 25,8 mil milhões de euros.

## PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

**8,4**

**mil milhões de euros**

*de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de junho de 2023*

**636,0**

**milhões de euros**

*em apoios para recuperação no Centro da crise no contexto da pandemia COVID-19*

<sup>23</sup> Em junho de 2023, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

POCH – Programa Operacional Capital Humano

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FC – Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

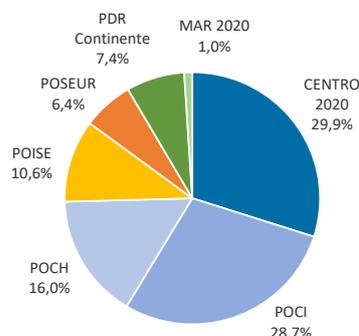
No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2023, estavam aprovados 8,4 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 636,0 milhões de euros traduziram-se em medidas para recuperação da crise provocada pela pandemia por COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 29,9% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando quase metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (83,3%).

A 30 de junho de 2023 encontravam-se aprovados 8,4 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 12,6 mil milhões de euros<sup>23</sup>. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 24,9% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu uma diminuição líquida de 36,6 milhões de euros nos apoios para a região (situação habitual no final dos ciclos de programação para garantir que é utilizada a dotação global disponibilizada a Portugal), tendo apenas os fundos aprovados na região pelo PDR e pelo MAR2020 aumentado (nos restantes programas operacionais os valores das aprovações diminuíram). Sobretudo nos sistemas de incentivos às empresas financiados pelo CENTRO 2020 e pelo POCI ocorreram diminuições bastante significativas nos fundos aprovados (com especial incidência nos apoios à inovação empresarial).

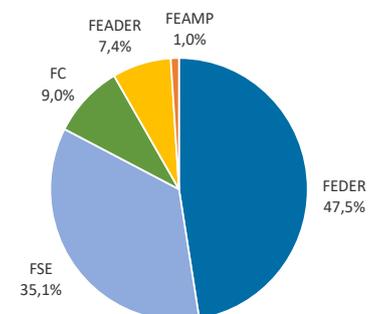
O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), sendo o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, concentrava 29,9% dos apoios aprovados para o território, correspondendo a 2,5 mil milhões de euros. Seguiu-se o POCI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020), responsável por 28,7% dos fundos captados. Juntamente com os restantes programas operacionais temáticos (POCH, POISE e POSEUR), que têm a sua incidência em várias regiões, estes quatro programas mobilizavam para o Centro 61,7% dos montantes aprovados, correspondendo a 5,2 mil milhões de euros de fundos europeus.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de junho de 2023)

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



Quase metade das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER (47,5%), cujo volume de apoio ascendia a 4,0 mil milhões de euros. Seguiu-se o FSE, com 35,1% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 3,0 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 9,0% dos fundos europeus aprovados (757,5 milhões de euros mobilizados pelo POCI e pelo POSEUR) e o FEADER 7,4% (619,4 milhões de euros mobilizados exclusivamente pelo PDR do Continente). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região (1,0%).

A 30 de junho de 2023, os apoios aprovados na região para recuperação da crise no contexto da pandemia COVID-19 e preparação de uma economia ecológica, digital e resiliente totalizavam 636,0 milhões de euros de fundos europeus, tendo-se registado um acréscimo líquido de 6,4 milhões de euros face ao trimestre anterior. Este acréscimo foi justificado, sobretudo, pelo reforço em 5,2 milhões de euros de FEDER para financiamento de projetos empresariais de inovação produtiva verde, pelo POCI. Deste volume global de fundo europeu aprovado, 79,3% estava executado e 75,5% pago aos beneficiários.

Os 636,0 milhões de euros de fundos europeus afetos a medidas de recuperação dos efeitos da pandemia COVID-19 na região, contribuindo simultaneamente para uma economia ecológica, digital e resiliente, correspondiam a: 183,8 milhões de euros do sistema de incentivos à liquidez (programa APOIAR do POCI); 117,3 milhões de euros do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (financiado pelo CENTRO 2020 para apoiar a manutenção do emprego e reduzir o risco de desemprego dos trabalhadores das empresas afetadas pela pandemia por COVID-19); 86,7 milhões de euros do sistema de incentivos às empresas (financiados pelo POCI e pelo CENTRO 2020); 79,1 milhões de euros de apoios diversos em matéria de transição climática (designadamente inovação produtiva verde, reabilitação da rede hidrográfica, ciclo urbano da água e resiliência dos territórios face ao risco, financiados pelo POCI); 65,9 milhões de euros para os estágios ATIVAR.PT (financiados pelo POCI); 34,6 milhões de euros referentes ao Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local) do CENTRO 2020; 34,3 milhões de euros para recuperação e consolidação das aprendizagens (financiados pelo POCI); 29,3 milhões de euros atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo POCH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos; 3,0 milhões de euros do programa Garantir Cultura (do POCI, para apoiar o tecido empresarial cultural no contexto da resposta à pandemia); 1,6 milhões de euros concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia (pelo MAR 2020); e 509 mil euros para a realização de testes de diagnóstico COVID-19 por parte da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro (financiados pelo CENTRO 2020).

- <sup>24</sup> A título exemplificativo, refira-se:
- prazos de pagamento mais reduzidos;
  - flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
  - avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
  - avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

Estes apoios do PORTUGAL 2020 para resposta à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia<sup>24</sup>, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Destaque, neste âmbito, para a aprovação, pela Comissão Europeia, no final de setembro de 2020, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta reprogramação global do PORTUGAL 2020, envolvendo cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, teve como principais linhas de atuação: reforçar o investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e o mercado de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excecional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus+ (CRII+). Devido a esta flexibilidade passaram a ser possíveis transferências entre fundos (FEDER, FSE e FC) e entre programas operacionais, havendo alterações na dotação global de vários programas operacionais. Posteriormente, a Comissão Europeia lançou a

iniciativa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), que deu continuidade e alargou as medidas de resposta à situação de crise previstas na CRII e na CRII+. Esta iniciativa, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão, pretende acelerar a recuperação da crise pandémica e contribuir para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia. Em junho de 2021 foi aprovada a nova reprogramação do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), que visou incorporar a dotação adicional proveniente da iniciativa REACT-EU para 2021: 1.434 milhões de euros com alocação prevista a todo o continente. Em dezembro de 2022, a dotação do POCI foi novamente reforçada em mais 490,7 milhões de euros relativos à segunda tranche da programação REACT-EU para 2022.

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia (UE) para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a capacidade de resposta.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na disponibilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da UE através de um apoio individualizado. No fundo, esta medida permitiu que os Estados Membros aplicassem verbas não utilizadas para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementou o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento pudessem ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade foi garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da UE de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria.

No final de 2020, foi lançada a iniciativa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa, acrónimo do inglês *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*) que complementou as duas iniciativas anteriores, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão criado para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, em direção a uma economia ecológica, digital e resiliente. Assumindo o conjunto das medidas a implementar, foi prevista uma alocação adicional de recursos para Portugal de 2.139 milhões de euros distribuída ao longo de 2021 e 2022 e refletida no POCI (Portugal Continental) e nos Programas Operacionais dos Açores e da Madeira. A programação do REACT-EU no contexto do PORTUGAL 2020 apresenta as seguintes linhas de força: apoio à sobrevivência e estabilização da atividade empresarial (reforçar o apoio aos setores mais atingidos pela crise); apoio à manutenção e criação de emprego; apoio à resiliência do sistema de saúde (resposta às necessidades que resultam do combate à pandemia); apoio à recuperação e consolidação das aprendizagens; reforço do apoio à transição climática.

Estas medidas não têm precedentes e justificaram-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

### Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 30 de junho de 2023 estavam aprovados 5,9 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – POCI, POCH, POISE, POSEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 8,9 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de junho de 2023)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	
Total - Centro	8 945 512	5 878 836	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI)	4 290 297	2 405 747	2 949 128	1 743 356	1 810 532	72,5	75,3
Programa Operacional Capital Humano (POCH)	1 573 973	1 339 483	1 286 351	1 094 911	1 118 085	81,7	83,5
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	1 035 908	888 474	835 758	717 932	735 583	80,8	82,8
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	651 895	540 135	512 605	450 061	436 869	83,3	80,9
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)*	1 205 840	619 359	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	187 600	85 638	151 289	68 377	68 814	79,8	80,4

\* No caso do PDR, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

\*\* Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

\*\*\* Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100

x: Não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 30 de junho de 2023, estavam aprovados 4,3 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,4 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 1,7 mil milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 72,5% (que compara o fundo executado com o fundo aprovado). Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um decréscimo líquido de 9,3 milhões de euros nos fundos aprovados (significando que os valores das candidaturas anuladas e revogadas/rescindidas e a revisão em baixa de projetos superaram os valores das novas aprovações, o que foi justificado, sobretudo, pela diminuição do FEDER aprovado nos sistemas de incentivos às empresas, já que o regime de apoio às infraestruturas de transportes até foi reforçado em 22,7 milhões de euros de FC) e um aumento de 88,7 milhões de euros dos fundos executados, que se refletiu num aumento de 3,9 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,8 mil milhões de euros, representando 75,3% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (58,6%, correspondendo a 1,4 mil milhões de euros, após uma diminuição líquida de 39,5 milhões de euros neste trimestre, devido a descomprometimento de fundos europeus por motivo de anulações, rescisões de candidaturas e revisão em baixa de projetos). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 906,3 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à

investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (316,4 e 186,7 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,2% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC), complementar a montante e a jusante ao sistema de incentivos às empresas, 3,9%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 10,8% do incentivo aprovado, correspondendo a 260,9 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 217,4 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (63,7 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda), na Linha da Beira Alta (22,7 milhões de euros, aprovados neste trimestre, para instalação de sinalização eletrónica e telecomunicações no Corredor Internacional Norte, entre Pampilhosa e Vilar Formoso) e no Porto de Aveiro (7,7 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de incentivos à liquidez, também designado por programa APOIAR, criado em novembro de 2020 como um instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19, concentrava 183,8 milhões de euros de FEDER, correspondendo a 7,6% do total de fundos europeus aprovados no POCL.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,6% dos fundos europeus aprovados (perfazendo 63,6 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, a Universidade de Aveiro que, no conjunto das várias iniciativas de modernização e capacitação institucional individuais ou em consórcio, totalizava 4,6 milhões de euros de fundo europeu aprovado; a Universidade de Coimbra, com um montante de 3,4 milhões de euros de FSE aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos; ou ainda o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 3,2 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade.

De referir também os instrumentos financeiros com incidência na região: o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,0%); e o Fundo para a Inovação Social<sup>25</sup>, instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social, com um FSE aprovado na região de 14,0 milhões de euros (0,6%).

Os estágios ATIVAR.PT, que visam complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através da aquisição de novas formações e competências junto das empresas, absorviam 65,9 milhões de euros de FSE, correspondendo a 2,7% do total de fundos europeus neste programa operacional.

Estavam ainda aprovados 34,3 milhões de euros de FSE (1,4%) para recuperação e consolidação de aprendizagens através do reforço dos recursos humanos alocados às escolas para desenvolvimento de medidas de apoio educativo como forma de combater as consequências que os confinamentos decretados durante a pandemia de COVID-19 tiveram nas aprendizagens dos alunos no ano letivo 2020/2021.

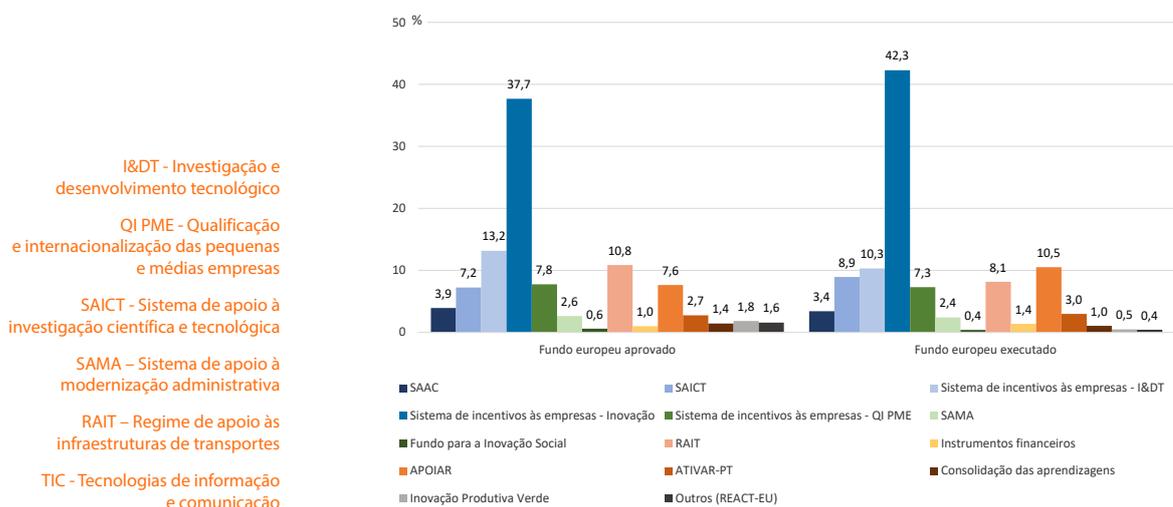
De destacar, também os 43,9 milhões de euros de FEDER aprovados com verbas da iniciativa REACT-EU para projetos empresariais de inovação produtiva verde (1,8%), ou seja, investimentos que visem a descarbonização, a eficiência energética, o recurso a fontes de energias renováveis, cogeração de alta eficiência na indústria e serviços ou a introdução de produtos/serviços circulares e com baixas emissões de carbono.

<sup>25</sup> Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 em dezembro de 2018, foi transferido para o COMPETE 2020.

As restantes medidas, todas financiadas pela programação REACT-EU, totalizavam 38,1 milhões de euros (1,6% do total de fundos aprovados) correspondendo 3,0 milhões de euros a fundos atribuídos ao tecido empresarial do setor cultural e artístico no programa Garantir Cultura (um apoio universal a fundo perdido para mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e para estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico) e os restantes 35,1 milhões de euros para apoiar a transição climática, designadamente: 14,1 milhões de euros para aumentar a resiliência dos territórios face ao risco (medida que visa o adensamento e recuperação de áreas ambientalmente sensíveis e suscetíveis à desertificação e a arborização crescente de espaços artificializados em meio urbano); 13,0 milhões de euros para reabilitação da rede hidrográfica (medida que complementa outras respostas já apoiadas pelo PORTUGAL 2020); e 8,0 milhões de euros para investimentos em infraestruturas de saneamento de águas residuais (3,0 milhões de euros para melhorar a acessibilidade física aos serviços de saneamento em áreas ainda não servidas na Região de Aveiro e 5,0 milhões de euros para intervenções prioritárias no sistema de saneamento de Alcanena dada a forte contribuição industrial de curtumes com presença relevante de sulfuretos).

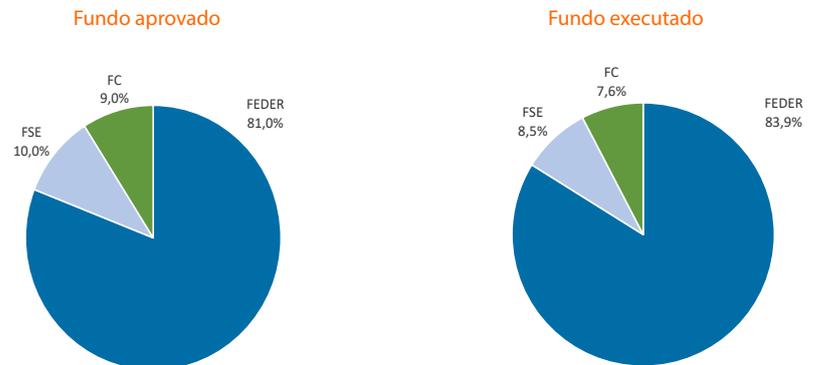
Assim, relativamente aos apoios para recuperação dos efeitos da pandemia por COVID-19, até 30 de junho de 2023, o COMPETE 2020 tinha aprovado, na região, 410,6 milhões de euros de fundo europeu. Este montante foi mobilizado pelos já referidos programa APOIAR (183,8 milhões de euros), por apoios para adaptação às alterações climáticas (79,1 milhões de euros, para inovação produtiva verde, reabilitação da rede hidrográfica, ciclo urbano da água e resiliência dos territórios face ao risco), estágios ATIVAR.PT (65,9 milhões de euros), por medidas para consolidação de aprendizagens (34,3 milhões de euros), pelo programa Garantir Cultura (3,0 milhões de euros) e também por avisos específicos do sistema de incentivos às empresas (44,7 milhões de euros, correspondendo a 3,2% do total aprovado neste instrumento de apoio às empresas), sobretudo, pela via da inovação produtiva (79,2%) e, em menor escala, pela investigação e desenvolvimento empresarial (18,2%) e pela qualificação de PME (2,6%). Estavam validados 308,6 milhões de euros de fundo (ou seja, 75,2% do total aprovado) e pagos aos beneficiários 326,8 milhões de euros (correspondendo a 79,6% do total aprovado).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo POCI para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (81,0%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (9,0%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (10,0%). No caso do FSE, tratava-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e de planos de formação autónoma, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social, do cofinanciamento de medidas de capacitação integradas em candidaturas ao SAAC, dos apoios à consolidação de aprendizagens e dos estágios ATIVAR.PT.

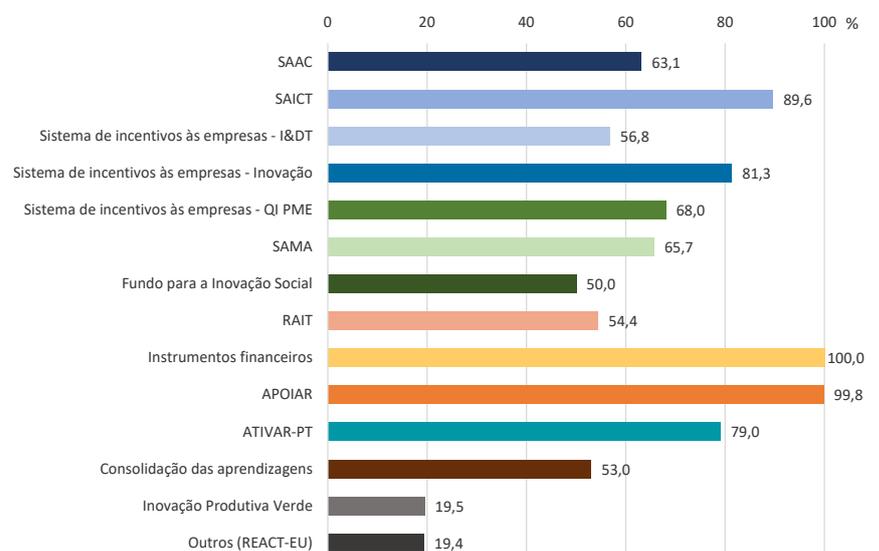
Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de junho de 2023)



Analisando a distribuição do fundo executado pelas várias tipologias, verificava-se uma prevalência maior face à das aprovações do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 42,3% do total do fundo executado), do programa APOIAR (10,5%), do SAICT (8,9%), dos estágios ATIVAR.PT (3,0%) e dos instrumentos financeiros (1,4%). Também o FEDER, enquanto fundo financiador, detinha um peso superior na execução do que nas aprovações (83,9%). Nas restantes tipologias e fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado, sendo que, nas respostas mais recentes, o fundo europeu validado assumia ainda valores reduzidos (como é o caso da inovação produtiva verde e dos restantes apoios para adaptação às alterações climáticas).

Considerando as taxas de realização, que comparam o fundo validado com o fundo aprovado em cada tipologia, destacavam-se, pelas elevadas realizações, as mesmas tipologias referidas anteriormente: instrumentos financeiros (100,0%), programa APOIAR (99,8%), SAICT (89,6%), sistema de incentivos à inovação (81,3%) e estágios ATIVAR.PT (79,0%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 72,5%).

Taxa de realização no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



No **Programa Operacional Capital Humano** (POCH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2023, na Região Centro, estavam aprovados 1,3 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,6 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 1,1 mil milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 81,7%, a segunda mais elevada entre os vários programas na região. Neste trimestre registou-se um decréscimo líquido de 10,0 milhões de euros nos apoios aprovados (justificado, sobretudo, pelos cursos profissionais) e um acréscimo de 33,0 milhões de euros no fundo executado, o que teve como repercussão um aumento na taxa de realização de 3,1 pontos percentuais. No final do segundo trimestre de 2023, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1,1 mil milhões de euros, o que representava 83,5% do volume de fundos aprovados, a mais elevada taxa de pagamento entre os vários programas operacionais na região.

Mais de metade dos fundos europeus aprovados neste programa operacional destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (57,1%, totalizando 765,3 milhões de euros de FSE), que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho.

Destacavam-se também os apoios para promover a aprendizagem ao longo da vida (18,0%, correspondendo a 241,1 milhões de euros), tratando-se de cursos de educação e formação de adultos (que permitem completar qualquer ciclo do ensino não superior ou obtenção de uma certificação profissional: 104,1 milhões de euros de FSE aprovado), cursos de aprendizagem (para conclusão do ensino secundário: 57,1 milhões de euros) e apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (direcionados a jovens e adultos que procurem desenvolver ou certificar as suas competências: 79,9 milhões de euros).

A formação superior e avançada concentrava 13,7% do fundo aprovado (183,0 milhões de euros de FSE), traduzindo-se, sobretudo, na comparticipação de bolsas de estudo para alunos carenciados (133,9 milhões de euros), mas também de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, de cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), no financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior<sup>26</sup> e da iniciativa “Skills 4 Pós-Covid - Competências para o Futuro no Ensino Superior”.

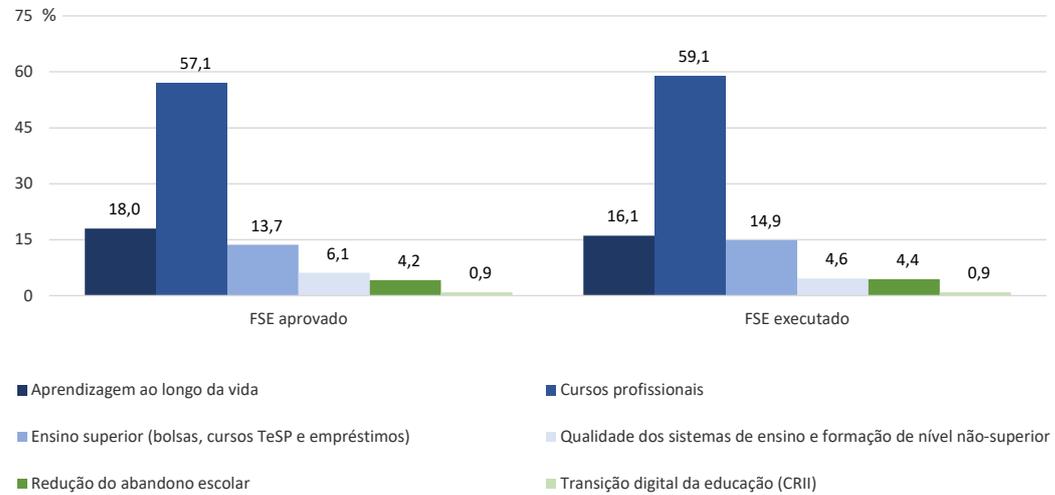
Os apoios à qualidade e à inovação dos sistemas de ensino e formação de nível não-superior concentravam 6,1% do FSE aprovado, correspondendo a 81,8 milhões de euros dirigidos a intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar (em que se destaca o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, o Plano Integrado de Recuperação das Aprendizagens na sequência da pandemia por COVID-19, os clubes de ciência viva nas escolas, entre outras medidas), à formação de docentes e outros agentes de educação e formação, ao desenvolvimento dos Serviços de Psicologia e Orientação e a ações de inovação social na área educativa.

O combate ao abandono escolar absorvia 4,2% do FSE aprovado, traduzindo-se no financiamento de ofertas alternativas do ensino básico, como sejam os cursos de educação e formação de jovens (34,6 milhões de euros), os cursos básicos do ensino artístico e especializado (12,2 milhões de euros) e os cursos vocacionais (9,1 milhões de euros).

De destacar ainda, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia por COVID-19, os 12,3 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação (0,9%), correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades.

<sup>26</sup> Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 em dezembro de 2018, os cursos TesP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no POCH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo POISE.

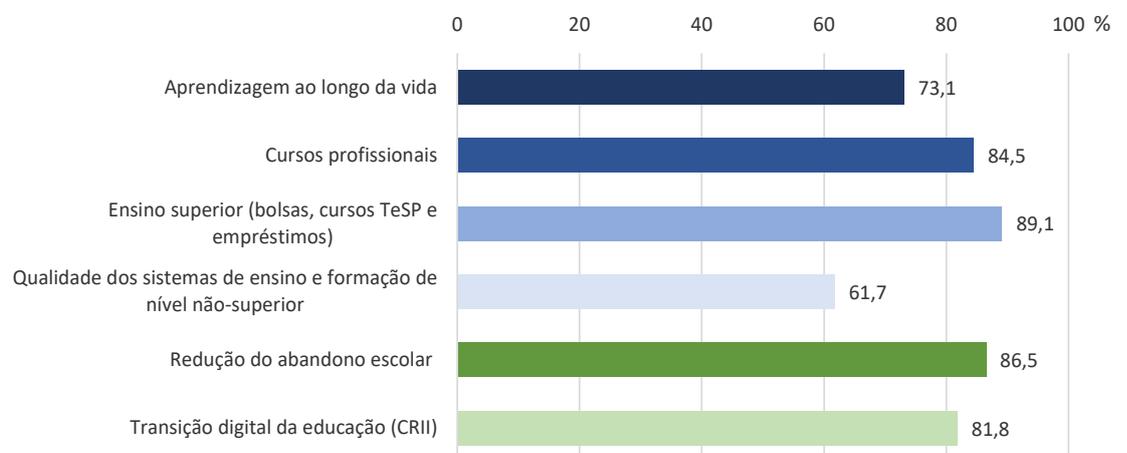
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Capital Humano (POCH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



Quanto à execução, destacavam-se também, com os maiores montantes de fundo executado, os cursos profissionais (59,1%), os apoios à aprendizagem ao longo da vida (16,1%) e o ensino superior e formação avançada (14,9%).

Já as taxas de realização mais elevadas eram as referentes ao ensino superior (89,1%, valor determinado em grande medida pela elevada execução das bolsas de ensino superior para alunos carenciados e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), aos cursos financiados no âmbito do combate ao abandono escolar (86,5%), aos cursos profissionais (84,5%) e à transição digital da educação (81,8%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 81,7%). De salientar que, em virtude das novas aprovações no trimestre anterior para apoiar a qualidade e a inovação dos sistemas de ensino e formação de nível não-superior, a taxa de realização desta tipologia era de 61,7%.

Taxa de realização no Programa Operacional Capital Humano (POCH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do segundo trimestre de 2023, estavam aprovados, na Região Centro, 1,0 mil milhões de euros de despesa elegível e 888,5 milhões de euros de FSE. O fundo validado ascendia a 717,9 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do POISE na região de 80,8%. Neste trimestre, o fundo aprovado diminuiu 12,2 milhões de euros (situação habitual no final dos ciclos de programação, como já referido, para possibilitar a utilização da totalidade dos recursos disponíveis), enquanto o fundo executado aumentou 23,8 milhões de euros, o que implicou um acréscimo na taxa de realização de 3,7 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do POISE totalizavam 735,6 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 82,8%, uma das mais elevadas entre os vários programas operacionais na região.

A inclusão ativa de grupos vulneráveis concentrava 18,9% do FSE aprovado (167,6 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados<sup>27</sup>, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (totalizando 154,2 milhões de euros de FSE), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis.

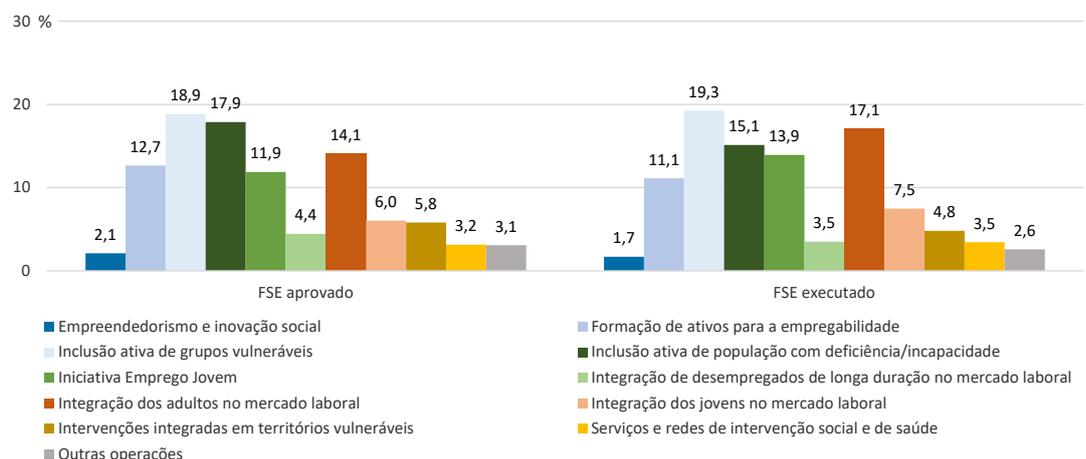
A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 17,9% do FSE aprovado (158,8 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

A integração de adultos no mercado laboral concentrava 14,1% do FSE aprovado (125,1 milhões de euros), traduzindo-se em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego. Já a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 12,7% do FSE aprovado (112,5 milhões de euros).

Outra parte relevante do fundo aprovado (11,9%, totalizando 105,5 milhões de euros de FSE aprovado) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

<sup>27</sup> Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 em dezembro de 2018, as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no POCH.

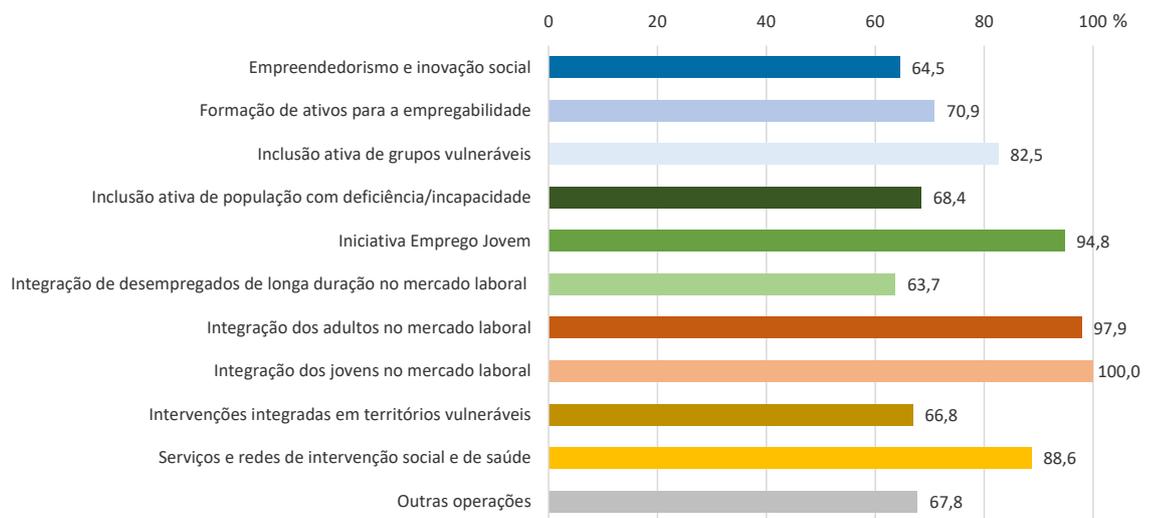
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



Quanto à execução, evidenciavam-se também com os maiores montantes de fundo executado, a inclusão ativa de grupos vulneráveis (19,3%), a integração de adultos no mercado laboral (17,1%), a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,1%) e a Iniciativa Emprego Jovem (13,9%).

Considerando as taxas de realização destacavam-se a integração dos jovens (fora da IEJ) no mercado laboral (100%), a integração dos adultos no mercado laboral (97,9%), a Iniciativa Emprego Jovem (94,8%), os serviços e redes de intervenção social e de saúde (88,6%) e inclusão ativa de grupos vulneráveis (82,5%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 80,8%).

Taxa de realização no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de junho de 2023, estavam aprovados, na Região Centro, 651,9 milhões de euros de despesa elegível e 540,1 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 83,3%, a mais elevada entre os vários programas operacionais na região, com o fundo executado a ascender a 450,1 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados diminuíram 2,7 milhões de euros, enquanto os fundos executados aumentaram 18,3 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 3,8 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 436,9 milhões de euros, representando 80,9% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 37,9% do fundo europeu aprovado (204,9 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 17,7% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,4%), transportes (13,5%) e infraestruturas públicas (3,8%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 73,0 milhões de euros de fundo europeu aprovado, destacando-se, nesta medida, o Sistema de Mobilidade do Mondego, com 48,1 milhões de euros de fundo de coesão aprovado, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 20,5 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 11,9% do fundo aprovado, totalizando 64,3 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (21,3 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (14,5 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova-Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam 63,5 milhões de euros, representando 11,8% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de determinados riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos elevados montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (12,8 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (4,0 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do Mondego (3,7 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (2,8 milhões de euros).

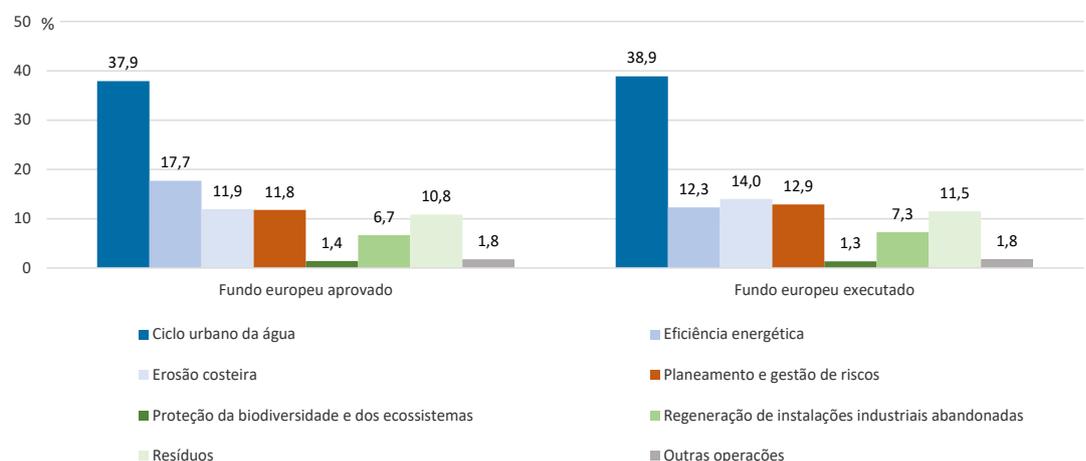
A valorização de resíduos representava 10,8% de fundo europeu aprovado (58,5 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,5 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão<sup>28</sup>, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,3 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

<sup>28</sup> A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

A regeneração de instalações industriais abandonadas concentrava 6,7% do fundo aprovado (36,1 milhões de euros), destacando-se a fase final da recuperação ambiental da antiga área mineira da Urgeiriça, no município de Nelas (9,7 milhões de euros de fundo de coesão), a fase II da remediação ambiental de vala hidráulica de S. Filipe, no município de Estarreja (6,2 milhões de euros) e a recuperação ambiental de diversas áreas mineiras no município de Trancoso (4,0 milhões de euros).

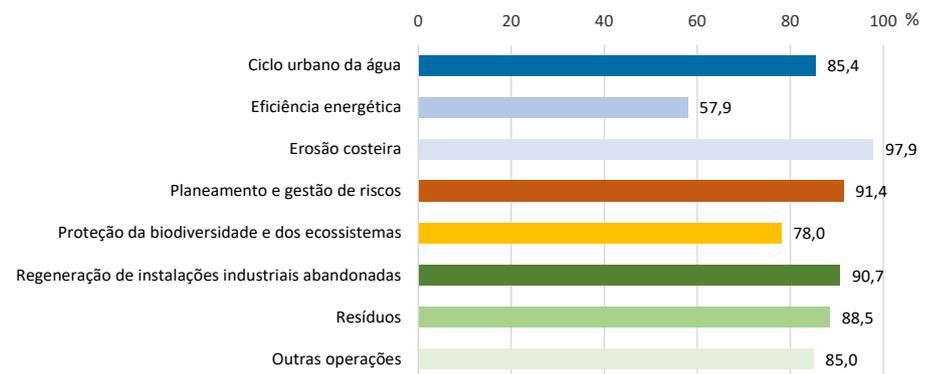
Finalmente, os apoios à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, que têm como objetivo o desenvolvimento de ações de conservação da natureza, representavam 1,4% do fundo europeu aprovado (7,7 milhões de euros).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2023)



Quanto ao volume de fundo executado por categoria de intervenção, o ciclo urbano da água era também o que mais de destacava com 38,9% dos apoios validados, seguindo-se a erosão costeira (14,0%) e o planeamento e gestão de riscos (12,9%). No entanto, com as taxas de realização mais elevadas destacava-se a erosão costeira (97,9%), o planeamento e gestão dos riscos (91,4%), a regeneração de instalações industriais abandonadas (90,7%), resíduos (88,5%) e o ciclo urbano da água (85,4%). Todas estas tipologias apresentavam taxas de realização superiores à taxa média deste programa operacional na região (de 83,3%).

Taxa de realização no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2023)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de junho de 2023, na Região Centro, estavam aprovados 1,2 mil milhões de euros de despesa elegível e 619,4 milhões de euros de FEADER<sup>29</sup>. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 19,5 milhões de euros, impulsionado, sobretudo, pelo aumento dos investimentos na exploração agrícola.

Os projetos aprovados na ação investimento na exploração agrícola, que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental, totalizavam 179,3 milhões de euros de FEADER (28,9% dos apoios aprovados, após um aumento, neste trimestre, de 8,2 milhões de euros).

O desenvolvimento local era responsável por 13,3% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 82,4 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 23,5 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, funcionamento, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 58,9 milhões de euros correspondiam à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias<sup>30</sup>.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 9,1% do fundo europeu (56,5 milhões de euros). Destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), a modernização do aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), a modernização do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

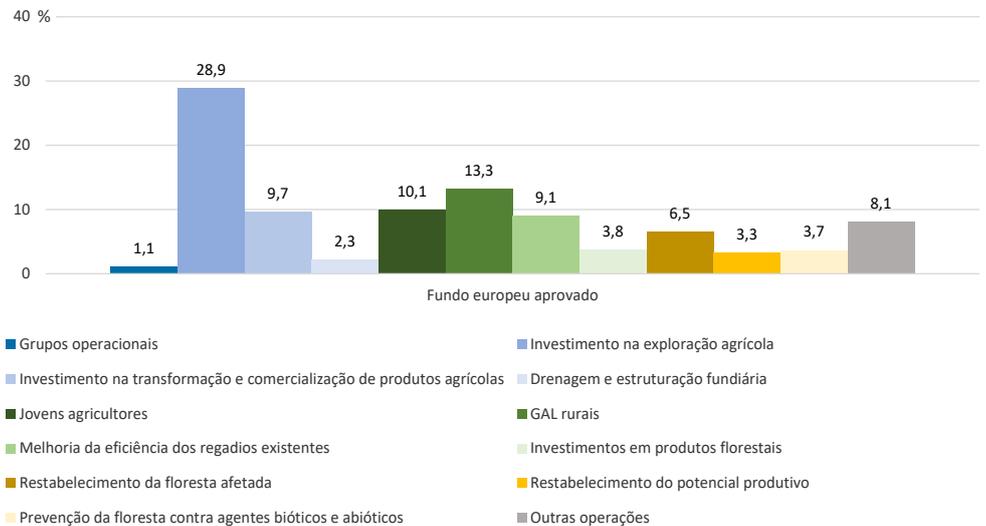
De destacar ainda, os apoios a jovens agricultores que absorviam 10,1% do FEADER aprovado (62,3 milhões de euros) e os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 9,7% do fundo aprovado (60,3 milhões de euros)<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

<sup>30</sup> Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

<sup>31</sup> Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2023, na Região Centro, tinham sido aprovados 187,6 milhões de euros de despesa elegível e 85,6 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 79,8%, ascendendo o fundo validado a 68,4 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários totalizavam 68,8 milhões de euros, ou seja 80,4% dos fundos aprovados. Neste trimestre, a taxa de realização aumentou 3,0 pontos percentuais, decorrente do aumento de 2,0 milhões de euros no fundo aprovado e de 4,1 milhões de euros no fundo executado.

No final do segundo trimestre de 2023, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 37,5% do fundo aprovado, correspondendo a 32,1 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 12,9 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP de 4,8 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

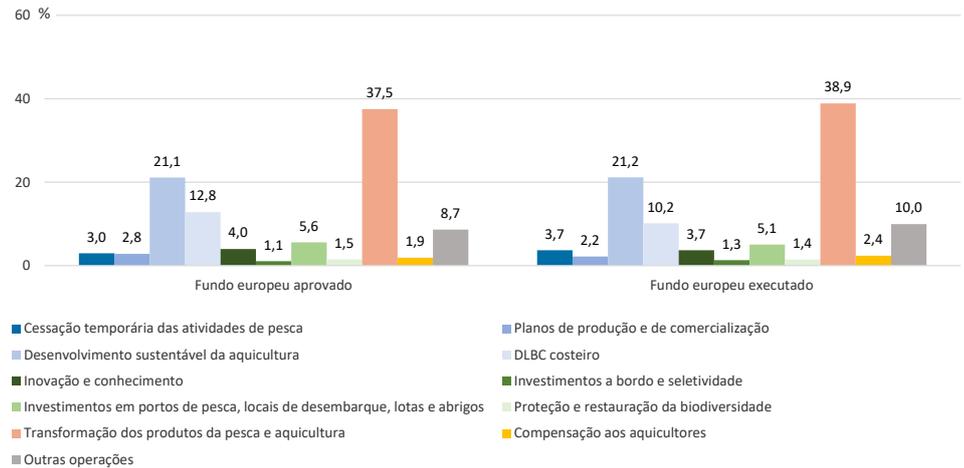
Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura concentravam 21,1% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, seis projetos da mesma unidade empresarial de piscicultura especializada em pregado, em Mira, totalizando 10,1 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 11,0 milhões de euros (12,8%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 8,9 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 5,6% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Pelo seu carácter de excecionalidade, são também de salientar os apoios concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia COVID-19 no valor de 1,6 milhões de euros (1,9%).

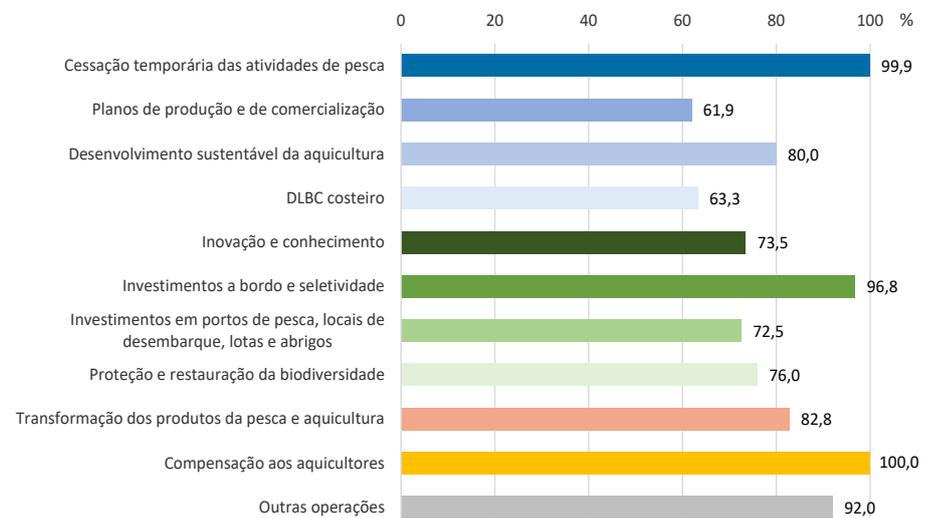
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2023)



Quanto à execução, destacavam-se pelos elevados montantes de fundo executado, as medidas que também absorviam a maioria do fundo aprovado, ou seja, a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura (38,9% do total validado), o desenvolvimento sustentável da aquicultura (21,2%) e o desenvolvimento local costeiro (10,2%).

No entanto, as medidas com as taxas de realização mais elevadas (que comparam o fundo validado com o respetivo fundo aprovado) eram as compensações aos aquicultores devido à pandemia (100%), a cessação temporária das atividades de pesca (99,9%), os investimentos a bordo e seletividade (96,8%) e a transformação dos produtos da pesca e aquicultura (82,8%).

Taxa de realização no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2023)



## CENTRO 2020

A 30 de junho de 2023, 138,3% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 472 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 22.996 candidaturas, com intenções de investimento na região de 8,9 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações (devido a anulações e revogações/rescisões) e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis, e tem vindo a confirmar-se nos últimos meses, tanto pela redução do número de projetos aprovados, como do fundo europeu concedido, em particular no que respeita aos projetos empresariais.

No final do segundo trimestre de 2023 encontravam-se aprovadas 8.994 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 3,7 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 2,5 mil milhões de euros de fundos europeus. Neste trimestre, ocorreu um decréscimo líquido de fundos aprovados de 23,9 milhões de euros e uma redução de 95 operações aprovadas, significando que os projetos anulados ou rescindidos superaram os novos projetos aprovados (situação comum no final dos períodos de programação). Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 474 mil euros e um apoio europeu de 279 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		junho 2023	março 2023	dezembro 2022	setembro 2022	junho 2022
<b>Concursos</b>						
Total	número	472	471	469	469	469
Fundo europeu	milhões €	2 981,4	2 976,4	2 925,9	2 893,4	2 893,4
	% da dotação de fundo	138,3	138,1	135,8	134,3	134,3
Em aberto	número	1	2	2	0	2
Fundo europeu	milhões €	30,0	35,0	35,0	0,0	3,1
Encerrados	número	471	469	467	469	467
Fundo europeu	milhões €	2 951,4	2 941,4	2 890,9	2 893,4	2 890,2
<b>Candidaturas apresentadas</b>						
Total	número	22 996	22 975	22 953	22 953	22 953
Investimento total previsto	milhões €	8 855,9	8 784,6	8 685,8	8 686,6	8 689,8
<b>Operações aprovadas</b>						
Total	número	8 994	9 089	9 161	9 389	9 411
Investimento total	milhões €	4 263,8	4 326,7	4 407,8	4 421,3	4 392,8
Investimento elegível	milhões €	3 700,9	3 748,1	3 804,8	3 800,8	3 782,7
Fundo europeu	milhões €	2 511,4	2 535,3	2 560,5	2 535,9	2 517,4

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 50,3% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,1 mil milhões de euros de investimento elegível e 1,3 mil milhões de euros de incentivos.

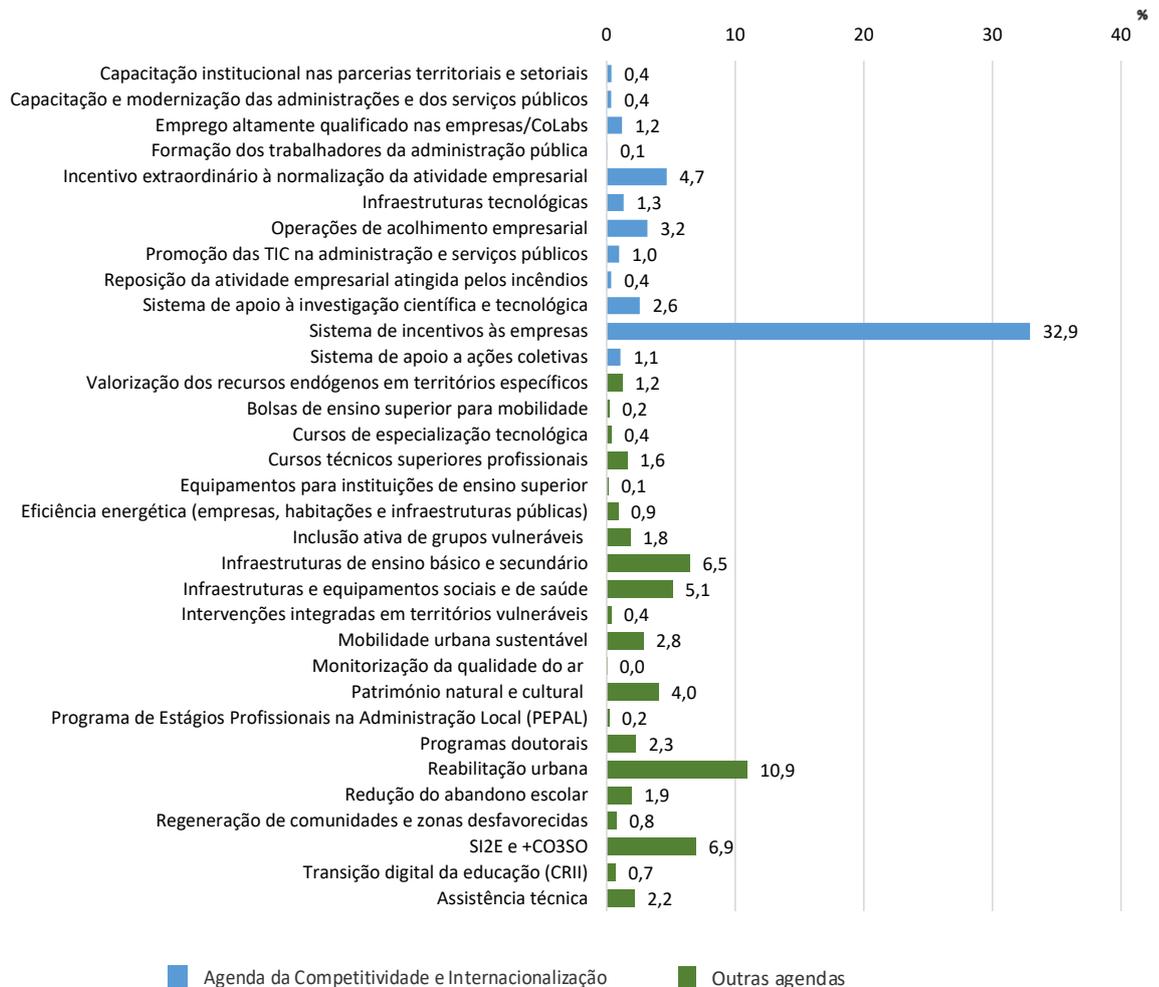
A maioria destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 826,5 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 32,9% do fundo europeu total aprovado (de realçar que, neste trimestre, em termos líquidos, o fundo aprovado nesta tipologia diminuiu 18,0 milhões de euros).

O incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (aprovado no início de setembro de 2021), destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19, concentrava 4,7% do fundo europeu total aprovado, totalizando 117,3 milhões de euros de FSE.

As operações de acolhimento empresarial concentravam 3,2% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

De destacar ainda neste domínio da competitividade, o sistema de apoio à investigação científica e tecnológica que absorvia 2,6% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



<sup>32</sup> O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

<sup>33</sup> Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizava um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

<sup>34</sup> O Banco Português de Fomento foi constituído no dia 3 de novembro de 2020 através da fusão da PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A. e da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A. Esta instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.

Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 1,2 mil milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,9%, perfazendo 273,9 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas de ensino pré-escolar, básico e secundário (6,5%, totalizando 162,3 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (5,1%, correspondendo a 128,3 milhões de euros), ao património natural e cultural (4,0%), à mobilidade urbana sustentável (2,8%), a programas doutorais (2,3%), à redução do abandono escolar (1,9%, correspondendo ao financiamento dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e ao aprofundamento dos Programas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária<sup>32</sup> promovidos pelas escolas), à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,8%, traduzindo-se, sobretudo, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção) e aos cursos técnico superiores profissionais (1,6%).

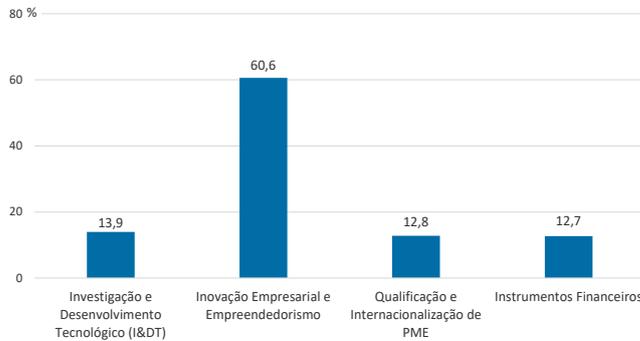
De salientar que, dos 273,9 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 7,9 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda, pela sua relevância, os incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (que compreendem o SI2E, o +CO3SO Emprego e o Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local)), que concentravam 174,4 milhões de euros de fundos europeus (6,9%). Note-se que, durante o segundo trimestre de 2017, foram lançados os primeiros avisos de concurso do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados). Para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as comunidades intermunicipais (CIM) e os grupos de ação local (GAL), uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros. Adicionalmente, em julho de 2020, foram abertos os primeiros avisos de concurso do novo Sistema de Apoios ao Emprego e ao Empreendedorismo, denominado +CO3SO Emprego, instrumento que visa também apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social. No primeiro trimestre de 2021, foram lançados, pelo CENTRO 2020, oito avisos de concurso (um por cada CIM) do Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), instrumento de apoio às micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, para expansão e modernização da sua produção, contribuindo para reduzir a dependência do país face ao exterior, para projetos até 235 mil euros (medida que, até ao final de junho de 2023, totalizava 34,6 milhões de euros de fundo europeu aprovado).

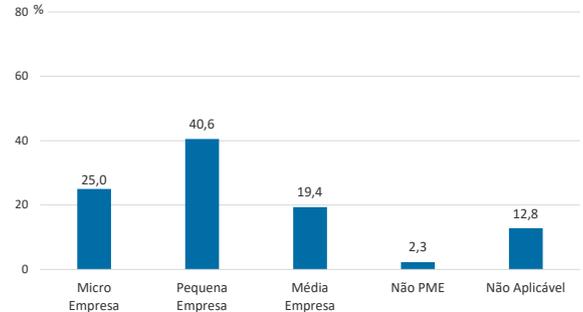
Detalhando o sistema de incentivos às empresas dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio (826,5 milhões de euros), 60,6% dirigia-se à inovação empresarial e empreendedorismo (500,8 milhões de euros), enquanto 13,9% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (12,7% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas)<sup>33</sup>, valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e o Banco Português de Fomento (ex-Instituição Financeira de Desenvolvimento)<sup>34</sup>. Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,6%) e microempresas (25,0%) e à indústria transformadora (62,8%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria (23,4%) e a Região de Aveiro (20,0%) foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser menor. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de junho de 2023)

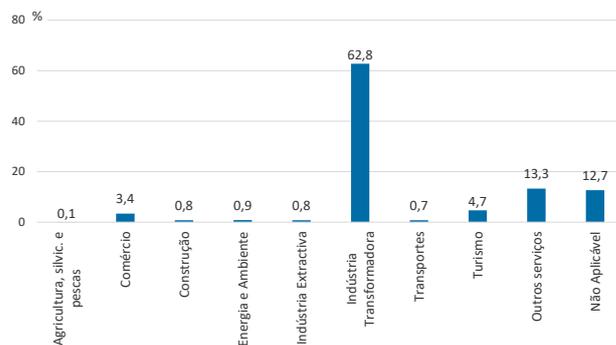
Por tipologia de investimento



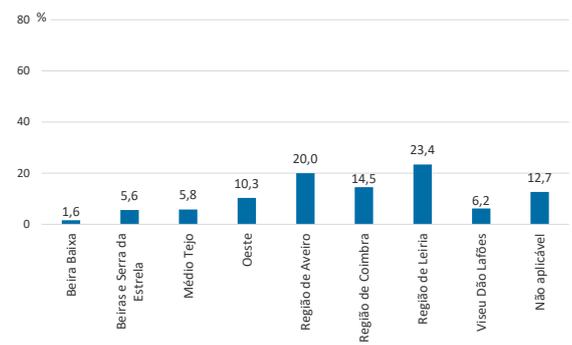
Por dimensão da empresa<sup>35</sup>



Por setor de atividade<sup>35</sup>



Por Comunidade Intermunicipal (CIM)<sup>36</sup>



Foi também através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizaram algumas das medidas de resposta à pandemia direcionadas às empresas. Assim, até 30 de junho de 2023, neste âmbito, tinham sido aprovados, no sistema de incentivos às empresas, 42,0 milhões de euros de fundo europeu (5,1% do total aprovado pelo programa operacional regional no sistema de incentivos às empresas). Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (68,8%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (9,1%) e para a IDT (22,1%). Como já referido, em termos de apoios empresariais, o CENTRO 2020 financiou também 117,3 milhões de euros relativos ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial e 34,6 milhões de euros no Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local) para apoiar micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, para expansão e modernização da sua produção, contribuindo para reduzir a dependência do país face ao exterior. A estes apoios empresariais, acresciam ainda 17,0 milhões de euros de FSE para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos e 509,2 mil euros para a realização de testes de diagnóstico COVID-19 pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de Aveiro. Assim, no final de junho de 2023, o CENTRO 2020 totalizava 211,4 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise pandémica e recuperação da economia. Deste valor, estavam validados 87,1% e pagos aos beneficiários 66,3%.

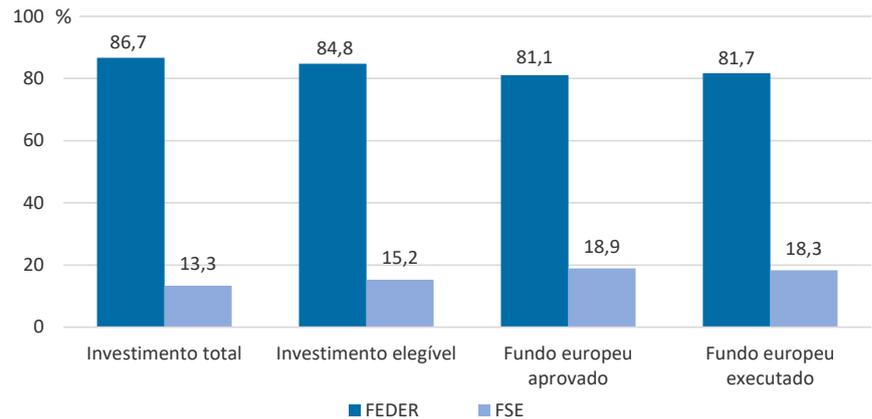
<sup>35</sup> A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

<sup>36</sup> A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

<sup>37</sup> Em setembro de 2020, foi aprovada uma nova reprogramação do PORTUGAL 2020 com o objetivo de redirecionar fundos da política de coesão para a resposta à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19. No que respeita ao CENTRO 2020, a reprogramação não alterou a dotação global do programa, mas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores. A dotação de FEDER passou de 1.711,5 para 1.814,3 milhões de euros, enquanto a dotação de FSE passou de 443,5 para os atuais 340,7 milhões de euros (ou seja, 84,2% de FEDER e 15,8% de FSE).

A 30 de junho de 2023, o FEDER cofinanciava 81,1% dos incentivos aprovados no CENTRO 2020, correspondendo a um volume de fundo de 2,0 mil milhões de euros (112,3% da dotação programada). O FSE cofinanciava os restantes 18,9%, que se traduziam em 474,8 milhões de euros de fundo europeu (139,4% da dotação programada)<sup>37</sup>.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2023)



As operações apoiadas pelo FSE correspondiam (i) às medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho (117,3 milhões de euros de fundo aprovado), (ii) aos incentivos atribuídos ao emprego e empreendedorismo (63,3 milhões de euros), (iii) a programas doutorais (57,0 milhões de euros), (iv) a medidas que visam a redução do abandono escolar (48,5 milhões de euros), (v) aos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (45,6 milhões de euros), (vi) a cursos técnicos superiores profissionais (40,3 milhões de euros), (vii) à contratação de recursos aos apoios humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (30,4 milhões de euros), (viii) aos apoios à Transição Digital da Educação (17,0 milhões de euros), (ix) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (9,5 milhões de euros), (x) a cursos de especialização tecnológica (9,3 milhões de euros), (xi) a ações de capacitação dos serviços da administração pública no âmbito do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (9,0 milhões de euros), (xii) a intervenções integradas em territórios vulneráveis (8,8 milhões de euros), (xiii) a formação de empresários e trabalhadores de empresas (7,3 milhões de euros), (xiv) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (xv) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (5,0 milhões de euros) e (xvi) a formação de trabalhadores da Administração Local (1,4 milhões de euros).

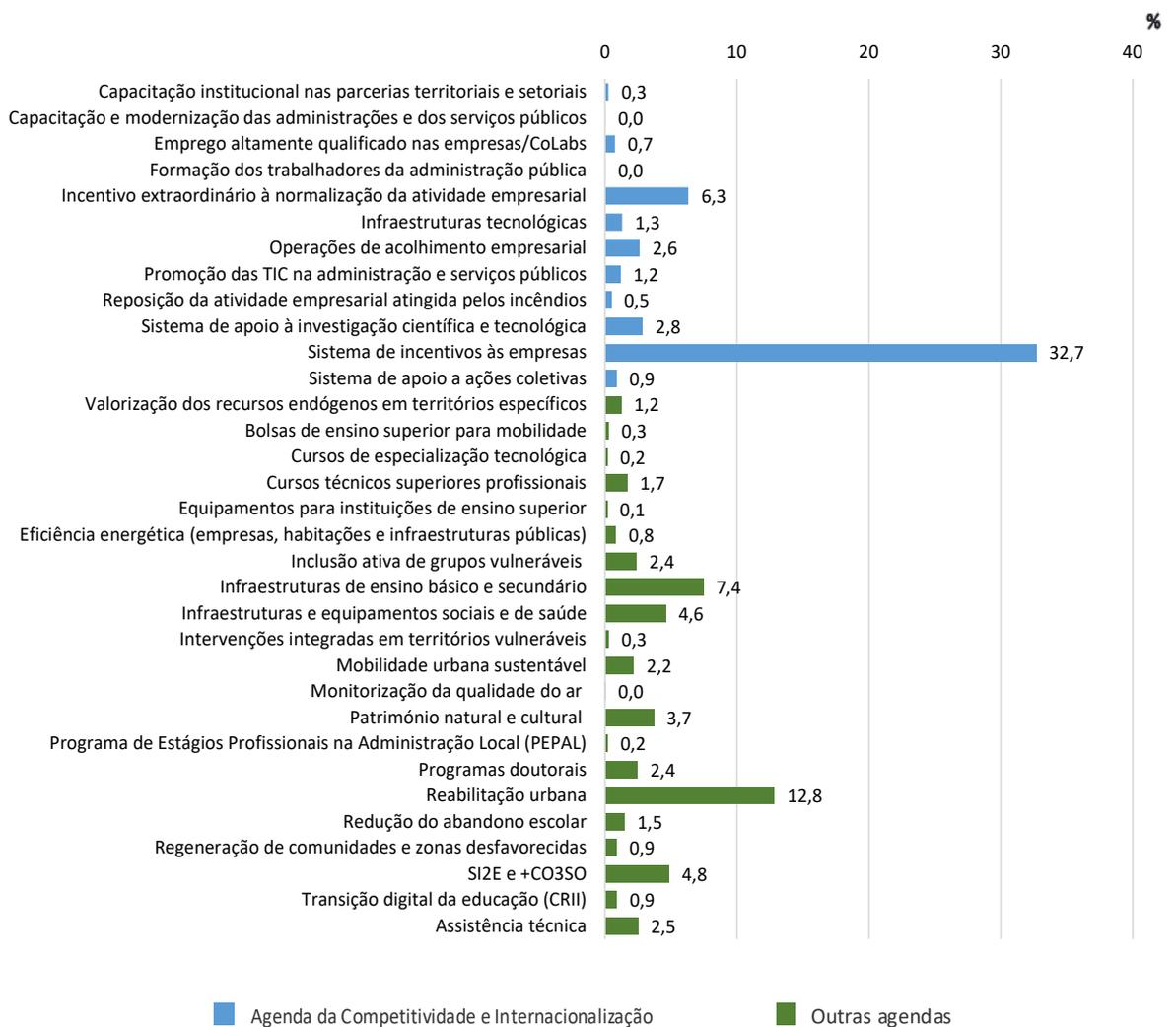
A 30 de junho de 2023, o programa operacional regional tinha 116,5% da sua dotação comprometida e estavam validados 1,8 mil milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 85,5%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 4,1 pontos percentuais (tendência que é expectável que se mantenha à medida que nos vamos aproximando do final deste período de programação financeira), situando-se nos 31,0 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 subiu para os 73,4% (face ao trimestre anterior, o fundo aprovado diminuiu 23,9 milhões de euros e o fundo executado aumentou 64,0 milhões de euros, o que se refletiu num acréscimo de 3,2 pontos percentuais na taxa de realização).

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1,8 mil milhões de euros, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) de 96,6% (permanecendo, tal como no trimestre anterior, abaixo dos 100%, o que traduz a conversão progressiva dos adiantamentos pagos em despesa validada) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 70,9%. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 1,5 mil milhões de euros, correspondendo a 71,7% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2023	março 2023	dezembro 2022	setembro 2022	junho 2022
<b>Execução financeira</b>						
<b>Despesa executada</b>						
Investimento (custo) elegível	milhares €	2 571 053	2 476 741	2 411 190	2 120 397	2 028 471
Fundo europeu	milhares €	1 842 732	1 778 723	1 732 541	1 519 155	1 454 112
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	1 779 612	1 719 139	1 671 592	1 545 214	1 477 616
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	1 546 231	1 399 575	1 400 970	1 300 452	1 335 508
<b>Indicadores financeiros</b>						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	116,5	117,6	118,8	117,7	116,8
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	85,5	82,5	80,4	70,5	67,5
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	73,4	70,2	67,7	59,9	57,8
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	70,9	67,8	65,3	60,9	58,7
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	96,6	96,7	96,5	101,7	101,6
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	71,7	64,9	65,0	60,3	62,0

Analisando a distribuição do fundo executado por tipologias, verificava-se que o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (32,7%), seguindo-se a reabilitação urbana (12,8%) e as infraestruturas de ensino (7,4%). Quanto ao fundo financiador, existia também uma preponderância do FEDER no volume de execução (81,7%).

Distribuição do fundo europeu executado no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



No entanto, considerando as taxas de realização destacavam-se, pelos elevados valores, o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (99,1%), as bolsas de ensino superior para mobilidade (97,0%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (95,6%) e os apoios à transição digital da educação (95,0%).

As tipologias com os maiores volumes de fundo aprovado e executado apresentavam taxas de realização próximas ou acima da média do programa operacional regional (de 73,4%): 72,9% no total do sistema de incentivos às empresas (mas com grande diferenciação entre as taxas de realização da inovação produtiva, 79,7%, de QI PME, 65,0%, de IDT, 57,8% ou dos instrumentos financeiros, 65,0%), 86,3% na reabilitação urbana e 84,4% nas infraestruturas educativas. Devido ao elevado volume de aprovações recentes nos apoios ao emprego e empreendedorismo, a respetiva taxa de realização situava-se nos 51,1%. A taxa de realização do FEDER ascendia a 73,9% e a do FSE a 71,0%.

Taxa de realização no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2023)



## Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

## Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 1998)
- Inquérito ao Emprego - Módulo *ad hoc* "Trabalho a partir de casa"
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

## Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

## Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras

XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

## Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

## Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

## Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 29, n.º 30, n.º 31, n.º 32 e n.º 33
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no "Centro de Portugal – Boletim Trimestral" do segundo trimestre de 2023 foi recolhida até ao dia 19 de setembro de 2023.



Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.

**CENTRO**

20	20
20	20

PORTUGAL  
**2020**



UNIÃO EUROPEIA  
Fundos Europeus  
Estruturas e de Investimento